

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIÊNCIAS ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA**

RISLENE KÁTIA RAMOS DE SOUSA

**O MERCADO DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL NA PANDEMIA
DA COVID-19**

**Natal, RN
2022**

RISLENE KÁTIA RAMOS DE SOUSA

**O MERCADO DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO SETENTRIONAL NA PANDEMIA
DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre (a) em Demografia.

Orientador (a): Dr^a Jordana Cristina de Jesus

**Natal, RN
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Ronaldo Xavier de Arruda - CCET

Sousa, Rislene Kátia Ramos de.
O mercado de trabalho no Semiárido Setentrional na pandemia da COVID-19 / Rislene Kátia Ramos de Sousa. - 2022.
70.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Demografia. Natal, 2022.
Orientador: Dr^a Jordana Cristina de Jesus.

1. Demografia - Dissertação. 2. Semiárido Setentrional - Dissertação. 3. Pandemia da COVID-19 - Dissertação. 4. Mercado de trabalho - Dissertação. I. Jesus, Jordana Cristina de.
II. Título.

RN/UF/CCET

CDU 314

AGRADECIMENTOS

Agradeço Primeiramente a Deus, porque foi Ele que permitiu que isso tudo acontecesse e por eu alcançar o meu sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Demografia e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte por me colher e por todos os ensinamentos.

Aos Docentes por toda dedicação e conhecimento transmitido.

A minha orientadora Professora Jordana Cristina que me orientou brilhantemente, agradeço os ensinamentos, a dedicação, o esforço, o apoio, conselhos e amizade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) por ter me concedido a bolsa Capes mestrado durante um ano.

A minha Banca Examinadora Iara Maria e Silvana Nunes por toda contribuição, dedicação e conhecimento transmitido.

Aos meus pais, Josefa Martins e João Ramos, por ser meu ponto de apoio, meu alicerce, minha base e exemplos de fé, humildade e caráter.

Aos meus irmãos, Rosilvam Ramos, Rosinaldo Ramos, Rossivan Ramos, Ronildo Ramos, Ronaldo Ramos, Reinaldo Ramos, Severino Araújo, Rinaldo Ramos, Rita de Cássia Ramos e Reginaldo Ramos, por me apoiarem neste sonho.

Aos meus sobrinhos, Victória, Victor, Emilly, Enzo, Ana Alice, Ana Laura, Arthur, Amália, Sophia, Lemuel, Yasmin, Isabella, Amanda, Benjamin, João e Luiz Felipe, por ser luz em minha vida e por todo apoio.

Aos meus amigos, Cristianny, Manu, Rayara, Crislene, Vanda, Nova, Veronilda, Giovanna, Aiara, Edivaneide, Lora, Mussagy, Weverton, Valéria, e Rivonilda, por me apoiarem nessa caminhada e torcerem por essa conquista.

Ao meu amor, José, por me incentivar, me apoiar e estar sempre comigo nessa caminhada.

Aos meus Tios, Damião e Lourdes por se alegrarem com minha conquista.

Por fim, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esse sonho se tornasse possível.

O meu, muito obrigada!

RESUMO

O Semiárido Setentrional (SS) é uma região localizada no Nordeste brasileiro, sendo caracterizado por grande volume populacional e clima seco e árido. No decorrer dos anos 2000, a economia da região tem avançado com a industrialização, exportação e a implementação de políticas públicas que têm mudado a vida da população, como o Programa Bolsa Família e o Luz para Todos. A partir de 2015, a situação econômica da região se deteriorou e, a partir de 2020, com a chegada da Pandemia da COVID-19, novos desafios despontaram. O objetivo do presente estudo é analisar o mercado de trabalho do Semiárido Setentrional antes e durante a pandemia da Covid-19, considerando as diferenças entre as Unidades da Federação que compõem a região. A fonte de dados utilizada é a PNAD-Contínua, referente aos 3º trimestres de 2019, 2020 e 2021, que são trimestres que captam o cenário antes da chegada da Covid-19 e do primeiro e segundo ano da pandemia. Como a PNAD-Contínua não tem abrangência a nível municipal, uma *proxy* foi utilizada para identificar as regiões geográficas pertencentes ao SS. Os resultados demonstram piora nos principais indicadores do mercado de trabalho na região durante a pandemia. No 3º T de 2019, 49,0% da população em idade ativa do SS estava fora da força de trabalho. Um ano depois, com a pandemia, houve a expulsão de 1,1 milhão de trabalhadores da força de trabalho, com a taxa de participação atingindo o valor de 43,9%. Há uma leve recuperação no 3º T de 2021, quando a taxa fica em 48,3%, mas ainda inferior ao observado antes da pandemia. Em termos de desemprego, a taxa de desocupação do SS piora em 2020 (15,4%) e se recupera em 2021 (14,6%), mas ainda em pior patamar do que o anterior à pandemia (12,4%). Embora toda a região tenha sido afetada com a pandemia, há diferenças entre as Unidades da Federação que compõe o SS. Nas microrregiões do SS pertencentes ao Rio Grande do Norte e Pernambuco foi onde se observaram os mais elevados patamares de desemprego no 3ºT de 2020, com taxas de desocupação de 18,5% e 18,3%, respectivamente. A menor taxa de desocupação no 3ºT de 2020 foi observada na região do SS localizada no Ceará. Quando avaliada a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, a microrregião do SS localizada no Piauí foi a que apresentou o pior cenário, chegando a 36,1% no 3ºT de 2020. Os diferentes resultados no mercado de trabalho nas UF que compõem o SS apontam para possíveis diferenças na forma como políticas públicas em ação antes da pandemia podem ter atenuado seus impactos negativos. Diante da piora dos indicadores do mercado de trabalho no Semiárido Setentrional, espera-se que ocorra aumento da desigualdade intrarregional e em relação ao restante do país. Por fim, ressalta-se a necessidade de retomada urgente de políticas públicas voltadas à realidade sociodemográfica e econômica da região.

Palavras-chave: Semiárido Setentrional; Pandemia da COVID-19; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The Northern Semi-arid (SS) is a region located in Northeastern Brazil, characterized by a large population volume and a dry and arid climate. During the 2000s, the region's economy has advanced with industrialization, exports, and the implementation of public policies that have changed the lives of the population, such as the Bolsa Família Program and the Luz para Todos Program. As of 2015, the region's economic situation has deteriorated, and as of 2020, with the arrival of the COVID-19 Pandemic, new challenges have emerged. The objective of the present study is to analyze the labor market in the Northern Semi-arid before and during the Covid-19 pandemic, considering the differences between the Units of the Federation that make up the region. The data source used is PNAD-Continuous, referring to the 3rd quarters of 2019, 2020 and 2021, which are quarters that capture the scenario before the arrival of Covid-19 and the first and second year of the pandemic. Since the PNAD-Continuous does not have coverage at the municipal level, a proxy was used to identify the geographic regions belonging to the SS. The results show worsening in key labor market indicators in the region during the pandemic. In Q3 2019, 49.0% of the SS working-age population was out of the labor force. One year later, with the pandemic, there was the expulsion of 1.1 million workers from the labor force, with the participation rate reaching a value of 43.9%. There is a slight recovery in Q3 2021, when the rate stands at 48.3%, but still lower than before the pandemic. In terms of unemployment, the SS unemployment rate worsens in 2020 (15.4%) and recovers in 2021 (14.6%), but still worse than before the pandemic (12.4%). Although the entire region was affected by the pandemic, there are differences between the states that make up the SS. In the micro-regions of the SS belonging to Rio Grande do Norte and Pernambuco was where the highest levels of unemployment were observed in Q3 2020, with unemployment rates of 18.5% and 18.3%, respectively. The lowest vacancy rate in Q3 2020 was observed in the SS region located in Ceará. When the combined rate of unemployment and underemployment due to insufficient hours worked was evaluated, the SS microregion located in Piauí presented the worst scenario, reaching 36.1% in Q3 2020. The different results in the labor market in the UF that make up the SS point to possible differences in the way public policies in action before the pandemic may have mitigated its negative impacts. Given the worsening of labor market indicators in the Northern Semi-arid region, an increase in intra-regional inequality and in relation to the rest of the country is expected. Finally, we emphasize the need for the urgent resumption of public policies aimed at the socio-demographic and economic reality of the region.

Keywords: Northern Semi-arid; Pandemic COVID-19; Labor Market.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1. A pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil	10
2.2. A situação econômica brasileira antes, durante e após(?) a pandemia	14
2.3. Semiárido Setentrional	20
3. FONTE DE DADOS E METODOLOGIA	29
3.1. Fonte de dados	29
3.2. Análise do Semiárido Setentrional a partir da Pnad Contínua	29
3.3. Variáveis sociodemográficas e de mercado de trabalho	30
4. RESULTADOS	33
4.1. A identificação do Semiárido Setentrional a partir da Pnad Contínua	33
4.2. A população do Semiárido Setentrional	37
4.3. O mercado de trabalho antes e durante a pandemia	38
5. CONCLUSÃO	57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estados do Nordeste	21
Figura 2: Estados do Semiárido Brasileiro	21
Figura 3: Municípios do Semiárido Setentrional	22
Figura 4: Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04-jul/1	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis consideradas no estudo.....	31
Quadro 2: Classificação das ocupações em formais e informais.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Decomposição do crescimento do PIB - Brasil.....	14
Tabela 2: Distribuição absoluta e relativa da população do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, Terceiro Trimestre de 2019.....	34
Tabela 3: Distribuição absoluta e em percentual da população das Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019.....	35
Tabela 4: Distribuição absoluta e em percentual do número de domicílios do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019	36
Tabela 5: Distribuição absoluta e em percentual dos domicílios das Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019.....	36
Tabela 6: Distribuição absoluta e relativa da população segundo sexo. Semiárido Setentrional, 3º Trimestre de 2019.....	37
Tabela 7: Distribuição absoluta e relativa da população segundo raça. Semiárido Setentrional, 3º Trimestre de 2019.	38
Tabela 8: Distribuição absoluta e relativa da população de 14 anos ou mais de idade segundo a condição na força de trabalho na semana de referência. Semiárido Setentrional– 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021	39
Tabela 9: Taxa de participação na força de trabalho da população de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional– 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	40

Tabela 10: Distribuição absoluta e relativa da condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	40
Tabela 11: Taxa de desocupação para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021.	41
Tabela 12: Distribuição da taxa de desocupação por sexo. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021	42
Tabela 13: Taxa de desocupação por raça/cor. Semiárido Setentrional. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	42
Tabela 14: Distribuição absoluta e relativa da força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	43
Tabela 15: Distribuição em percentual da força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	43
Tabela 16: Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	44
Tabela 17: Percentual de desalentados na população fora da força de trabalho. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021.	46
Tabela 18: Distribuição absoluta e relativa de pessoas desalentadas na semana de referência. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	47
Tabela 19: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	48
Tabela 20: Percentual de ocupados na categoria “conta própria” no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	48
Tabela 21: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (com subcategorias de empregados). Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	49
Tabela 22: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	50
Tabela 23: Percentual de ocupação e categoria do emprego nas categorias “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada” e “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021	51

Tabela 24: Distribuição absoluta e relativa de grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021 53

Tabela 25: Percentual de atividade principal do empreendimento nas categorias “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” e “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021 53

Tabela 26: Distribuição absoluta e relativa do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021 55

Tabela 27: Percentual do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021..... 55

1 INTRODUÇÃO

No final de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, houve um surto de uma nova infecção por um tipo de coronavírus altamente letal, principalmente entre os infectados que sofriam de alguma doença crônica. A infecção pelo novo corona vírus passou a ser conhecida como Covid-19 (corona vírus disease). A disseminação do vírus se deu por todos os continentes e em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o cenário era de uma pandemia global de Covid-19.

A chegada da pandemia no país causou impactos na saúde pública e privada e agravou ainda mais a situação econômica, afetando diretamente o mercado de trabalho, principalmente considerando que o País não havia superado a expressiva recessão ocorrida entre os anos de 2015 e 2017. Esses impactos aparecem principalmente no quadro socioeconômico das famílias brasileiras, que já se encontravam em situações de aumento de vulnerabilidades.

A pandemia da Covid-19 impactou mais quem já era vulnerável do ponto de vista socioeconômico. Para Kerr et al (2020), as consequências da pandemia da COVID-19 no Brasil têm sido severas, principalmente nos estados das regiões mais vulneráveis, como é o caso da Região Nordeste. O cenário foi agravado também pela falta de políticas nacionais para controle da pandemia. As medidas de saúde pública foram implementadas tardiamente, com o avanço da pandemia pelo país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021) noticiou em 2021, que o Nordeste foi uma das regiões mais afetadas, com grande peso sobre o aumento recorde da taxa de desocupação de 14,7% no país.

De fato, analisando o desenvolvimento econômico do Brasil, percebe-se que vários fatores contribuíram para profundas desigualdades regionais, em que grande parte da concentração da vulnerabilidade socioeconômica se encontrava na Região Nordeste. Somado à seca, isso fez com que a região fosse, por muitos anos, marcada pela pobreza, fome, desemprego e atraso social. Essas desigualdades, por outro lado, podem ser reduzidas com a implantação de políticas públicas. Entre elas, pode-se listar a Lei de Cotas, a Transposição do Rio São Francisco, o Programa Bolsa Família (casa, minha vida; luz para todos; transposição do Rio São Francisco, construção de cisternas).

O Programa de Cisternas, por exemplo, beneficiou milhares de famílias da zona rural do Semiárido, O programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal contemplou milhares de famílias com a casa própria, entre outros que deram acesso à população nordestina a uma

vida melhor. Essas políticas contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento social e econômico da região.

Segundo Gonzaga (2020), em 2020 o Nordeste apresentou um dos maiores níveis de desigualdade de renda do país, apesar de nível de escolaridade ter melhorado com o passar dos anos; a região também apresenta uma das maiores parcelas de famílias que recebem transferência de renda via Programa Bolsa Família (PBF) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Sendo assim, dentro da região Nordeste é possível identificar áreas de maior vulnerabilidade, como é o caso do Semiárido Setentrional. O Semiárido Setentrional é caracterizado por um grande volume populacional e por clima seco e árido. Essa sub-região do Nordeste, em momentos específicos das últimas duas décadas, foi alvo da implementação de relevantes políticas públicas, com impactos diretos sobre o desenvolvimento econômico e social dos municípios a ela pertencentes. Para Campello e Jannuzzi (2021), o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, a Previdência Social, entre outras políticas, além dos efeitos da queda do desemprego, do aumento real do salário-mínimo, estão proporcionando uma melhor qualidade de vida à população do SS.

Cabe ressaltar que o Semiárido não é delimitado apenas por Unidades da Federação Nordestinas (nove estados), mas também contempla uma parte de Minas Gerais, por isto é nomeado como Semiárido Brasileiro (SB), e sua delimitação foi feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1991.

De acordo com a Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Sudene, o Semiárido Brasileiro (SB) abrange 1.262 municípios distribuídos em nove estados da Região Nordeste (Maranhão (2), Piauí (185), Ceará (175), Rio Grande do Norte (147), Paraíba (194), Pernambuco (123), Alagoas (38), Sergipe (29), Bahia (278), Maranhão (que passou a fazer parte do Semiárido em 2017) e o norte de Minas Gerais (91), ocupando cerca 12% do território nacional (1,03 milhão de km²).

O Semiárido Setentrional contempla 862 municípios concentrados em seis estados Nordestinos: Piauí (185), Ceará (175), Rio Grande do Norte (147), Paraíba (194), Pernambuco (123) e Alagoas (38). O Banco Mundial (2021) publicou um relatório abordando a situação enfrentada pelas famílias vulneráveis e a ampliação da pobreza, com a chegada da Covid-19, ao reduzir expressivamente a renda familiar, em consequência dos grandes fluxos brutos de emprego em direção ao desemprego.

Em localidades como o Semiárido Setentrional, em que já se observava menor circulação de renda, menos acesso à formalidade e maior dependência de políticas sociais, as desigualdades sociais ficaram ainda mais evidentes diante da atual crise sanitária.

Assim como em outras partes do Nordeste, no SS, a aposentadoria concedida pela Previdência Social é a principal fonte de renda de muitas famílias e os idosos, por isso, têm desempenhado o papel de provedores em muitos lares. Ao contrário do que esperava, nesse contexto, a família de idosos não é um ninho vazio, já que o idoso tem desempenhado um papel importante como provedor (CAMARANO, 2020).

A mortalidade por Covid-19 atingiu principalmente os idosos, ocasionando uma sobremortalidade de idosos. Constatou-se em 2020, que 74,7% das mortes registradas no Brasil por Covid-19 até 13/08/2020 ocorreram em indivíduos com 60 anos ou mais, sem sua maioria eram homens (56,4%)” (CAMARANO, 2020, p. 02). Diante disso, Camarano (2020) coloca que não se pode ter dúvidas das consequências da pandemia em termos de vidas e também de emprego, o que afeta as famílias brasileiras de várias formas.

Diante deste contexto desafiador, ressalta-se a importância de um estudo que vise abordar os possíveis efeitos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho da região do Semiárido Setentrional, considerando que se trata de uma localidade já marcada por desigualdades sociais e com a insuficiência e enfraquecimento de políticas públicas. A crise atual pode causar um impacto maior e negativo nos próximos anos e, ademais, o rendimento familiar auferido no mercado de trabalho é um fator importante para a sobrevivência dos seus membros. Dessa forma, esta pesquisa visa responder à seguinte questão: qual o cenário antes e após a Covid-19 do mercado de trabalho do Semiárido Setentrional? O estudo ora proposto tem ênfase no terceiro trimestre de 2019 (antes da pandemia), 2020 e 2021 (durante a pandemia).

Para tanto, o objetivo geral é comparar os principais indicadores de mercado de trabalho antes e durante a pandemia da Covid-19 no Semiárido Setentrional. Como os objetivos específicos, tem-se: i) identificar a região do SS a partir de uma pesquisa sem abrangência a nível municipal; ii) analisar os indicadores de participação e subutilização da força de trabalho no SS antes e durante a pandemia; iii) analisar as diferenças dos indicadores do mercado de trabalho entre as UF que compõem o SS;

Esse estudo se justifica, ainda, pela urgência em demonstrar a importância das políticas públicas de transferência de renda para as regiões menos desenvolvidas, sobretudo em cenários de crises. De acordo, com o Relatório do Banco Mundial a expectativa é de que os efeitos que a Covid-19 nos rendimentos das famílias podem durar por até 10 anos e, além disso, espera-se um aumento da desigualdade, uma vez que os trabalhadores pouco qualificados deverão sofrer

com salários mais baixos em decorrência das crises, enquanto os trabalhadores altamente qualificados devem se recuperar mais rapidamente (BANCO MUNDIAL, 2021).

O presente estudo será dividido em cinco seções, onde a primeira se refere a esta introdução. A seguinte apresentará a revisão da literatura, que irá abordar um breve histórico das pandemias e a situação das famílias do Semiárido Setentrional dando ênfase ao emprego e renda (formal e informal). Na terceira seção será apresentada a fonte de dados e a metodologia utilizada. Em seguida, na seção quatro, será realizada a análise dos resultados encontrados. E por fim, as considerações finais do trabalho serão apresentadas na seção cinco.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Esta revisão está dividida em três subtópicos. No primeiro subtópico é apresentado o contexto da pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil, e os principais pontos são: mortalidade, sobremortalidade dos idosos e perda de expectativa. O segundo subtópico é sobre o contexto da situação econômica brasileira antes, durante e após a pandemia (o que se espera da economia após a pandemia), em que será descrito os últimos 10 anos da economia brasileira (pobreza, mercado trabalho, fome, Teto dos Gastos Públicos, inflação, perda do poder de compra, aumento das desigualdades). Por fim, o terceiro e último subtópico é sobre o contexto do Semiárido Setentrional, ou seja, é a apresentação da região, das questões demográficas e das políticas implementadas, como também são mencionados os aspectos de mercado de trabalho, da formalidade, da informalidade e dos setores econômicos.

2.1. A pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil

Em dezembro de 2019, foram detectados alguns casos de infecção por um vírus altamente contagioso e, em alguns casos, letal, nomeado como novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19. A infecção parece ser originária na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, expandiu-se rapidamente por todo o mundo e logo foi notificada a Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, Souza et al (2021) relatam que há especulações que no dia 17 de novembro de 2019 havia surgido o primeiro caso da doença na província de Hubei e o contágio do novo coronavírus teria sido em um homem de 55 anos.

Os sintomas da COVID-19 podem variar de pessoa para pessoa. Apesar disso, os sintomas mais comuns são: febre; tosse; cansaço; perda de paladar e/ou olfato. Raramente os infectados pelo vírus sentem: dores de garganta; dor de cabeça; dores e desconfortos; diarreia; irritações na pele ou descoloração dos dedos dos pés ou das mãos; olhos vermelhos ou irritados. Há o agravamento da doença geralmente em pessoas que sofrem de alguma doença crônica e em idosos, os sintomas mais graves que podem levar à morte, são: dificuldade para respirar ou falta de ar; perda da fala, mobilidade ou confusão e dores no peito.

A velocidade com que o vírus se espalha, e seu poder de contaminação e sua gravidade foram assustadores e em 16 de janeiro, foi notificada a primeira importação em território japonês. No dia 21 de janeiro, os Estados Unidos reportaram seu primeiro caso importado” (LANA et al, 2020, pág. 01). “A França foi outro país bastante acometido. Um estudo sugeriu que o vírus encontrava-se circulando na França aproximadamente 30 dias antes dos casos oficiais serem registrados” (SOUZA et al, 2021, pág. 48). Em 26 de fevereiro de 2020, foi

constatado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, confirmado pelo Ministério da Saúde. Até então, não se sabia o comportamento da doença em um país de clima tropical e “a pandemia, sem ainda ter sido decretada como tal pela Organização Mundial de Saúde, começou a ter contornos mais nítidos no Brasil na segunda semana de março” (CATAIA, 2020, pág. 233).

De acordo com Souza (2020), os números de casos aumentavam cada vez mais na China e em outros países e, em 30 de janeiro de 2020, a OMS emitiu alerta de emergência de Saúde Pública de dimensão internacional e, classificada, oficialmente, como uma pandemia em 11 de março de 2020. Segundo Pires, Carvalho e Xavier (2020), nos Estados Unidos foi realizado um estudo sobre a taxa de hospitalização, realizado com dados de 7.162 pessoas que foram diagnosticadas com COVID-19. Verificou-se que 7% desses pacientes não apresentaram nenhuma pré-condição reportada, sendo que 2% foram internados em UTI, já os que apresentaram pré-condição foram 30% dos pacientes, sendo internados 15% em UTI. Portanto, é notório que o vírus é mais agressivo em pessoas que apresentam alguma comorbidade.

No Brasil, após o decreto de pandemia, o vírus já havia se espalhado pelo Norte e Sul do país, demandando, assim, o início das medidas de isolamento social, medidas de higiene, fechamento da suspensão das aulas nas escolas e universidades. De acordo com Cataia (2020), no dia 12 de março de 2020, a Universidade Estadual de Campinas suspendeu as atividades administrativas e acadêmicas presenciais, mantendo apenas as atividades hospitalares, até então essa era uma medida provisória, pois não se sabia por quanto tempo a doença permaneceria acometendo pessoas.

Muitas cidades do Brasil tomaram medidas de lockdown, o que, na ausência de uma política nacional coordenada de enfrentamento à pandemia e falta de planejamento econômico, aumentou ainda mais o desemprego no país. A população brasileira, entretanto, já estava muito fragilizada em termos de saúde, na política social e economicamente. No caso do Brasil, para Albuquerque e Ribeiro (2020), as enormes desigualdades socioespaciais que caracterizam o país são uma das problemáticas que contribuíram para o agravamento da pandemia da COVID-19 em território nacional.

Diante disso, deu-se início a uma busca no campo científico, para conhecimento profundo sobre o vírus, considerando seus efeitos profundos nas populações do mundo todo. A pandemia sobrecarregou os sistemas de saúde e trouxe inúmeras e profundas consequências para a vida das pessoas, principalmente aquelas que já estavam em um ambiente socioeconômico vulnerável, considerando também que os mais acometidos pela COVID-19 eram/são os idosos e os portadores de doenças crônicas. De acordo com Camarano (2020), nos

dados divulgados em 13/08/2020, dentre os infectados, 74,7% das mortes registradas por Covid-19 acometia as pessoas de 70 a 79 anos no Brasil.

A esperança, segundo Lima, Almeida e Fouri (2021), eram as vacinas eficazes e capazes de controlar o vírus, de diminuir a curva de contaminação, visto que um milhão de pessoas morreram de COVID-19 e havia outros milhões de infectados por todo o mundo, em 28 de setembro de 2020. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 07 de outubro de 2021, já haviam sido registrados 236.132.082 casos confirmados, incluindo 4.822.472 mortes pela COVID-19 no mundo, notificados à OMS (OMS, 07/10/2021).

A COVID-19 é mais letal em pacientes com comorbidades que afetam o sistema imunológico e em idosos, e no caso das mortes dos idosos estavam “sendo superiores a um quinto dos acometidos com mais de 80 anos, tanto na China (21,9%) como na Itália (20,2%)” (MACHADO et al, 2020, pág. 3438; LANA et al, 2020). Diante de um cenário de uma pandemia, não visto há um século, surge a preocupação em relação a perda na expectativa de vida, pois segundo Camarano (2020), considerando que a grande maioria dos mortos por COVID19 eram idosos. De acordo com estimativas, dadas as condições de saúde vigentes em 2018, aos 60 anos um indivíduo do sexo masculino ainda poderia esperar viver mais 18,1 anos.

Ainda de acordo com Albuquerque e Ribeiro (2020), é notório que o agravamento da doença e a ocorrência de óbitos não se deram pura e exclusivamente por fatores socioeconômicos. Chama atenção a forma como se deu o contágio da doença no Brasil. A primeira pessoa contaminada no país foi um homem de 61 anos, branco, que foi internado no Hospital Israelita Albert Einstein, morava em São Paulo e era recém-chegado da Itália e recebeu alta, pois já estava curado, no dia 13 de março de 2020.

Albuquerque e Ribeiro (2020) relatam também que as primeiras mortes notificadas pela COVID-19 pelo Ministério da Saúde foram de três pessoas nos dias 12 e 17 de março de 2020, sendo a primeira morte no Hospital Municipal Doutor Cármino Caricchio, de uma diarista com 57 anos de idade, diabética e hipertensa, moradora do bairro Cidade Tiradentes, extremo da Zona Leste de São Paulo. A segunda morte foi de um homem de 62 anos, no Hospital Santa Maggiore, na capital paulista, que morava com os pais e mais três irmãos e estava com diabetes e hipertensão e nunca tinha viajado para o exterior. O terceiro caso de morte foi de uma trabalhadora doméstica no bairro do Leblon, Rio de Janeiro. A mulher tinha 63 anos, sofria com diabetes e hipertensão, tinha sido contaminada quando ajudava sua patroa que estava com COVID-19 e se recuperava em casa após ter chegado da Itália.

Após um grande número de infecções e mortes, no final de 2020, por conta da segunda onda do SARS-CoV-2, o surto da nova variante acometeu com mais severidade a população

jovem, atingindo o Reino Unido (identificada como B.1.1.7), o Brasil (identificada na Amazônia como P.1) e na África do Sul (identificada como B.1.351). Diante disso, no dia 8 de dezembro de 2020, iniciou-se a vacinação no combate ao COVID-19. O Reino Unido foi o primeiro país do ocidente a vacinar a população. Logo depois, foi a vez dos Estados Unidos iniciarem a vacinação. A vacinação, então, foi avançando de país em país, como o Canadá, países da União Europeia entre outros.

No Brasil, a vacinação iniciou no dia 17 de janeiro de 2021, quando a doença já havia levado a aproximadamente 210 mil mortos e acometido 8.483.105 de pessoas. De acordo com o UNA-SUS (2021), os primeiros a tomarem a vacina, no Brasil, foram os grupos prioritários, a saber: idosos a partir dos 60 anos de idade, profissionais da saúde, população indígena aldeada e pessoas institucionalizadas com deficiência.

O número de mortes por COVID-19 no dia 17 de janeiro de 2021, quando se iniciou a vacinação, era de 518 em média por dia, porém com o avançar das vacinas, o número de óbitos passou a ser 461 mortes nas últimas 24 horas do dia 17 de outubro de 2021, houve uma queda no número de mortes, consequência do avanço das campanhas de imunização.

Porém, a terceira onda do SARS-CoV-2 estava sendo impulsionada pela variante Delta, o sinal de alerta acendeu novamente, pois a variante Delta tinha maior capacidade de ocasionar reinfecções em pessoas que haviam se curado da doença e causar novos quadros de COVID-19. A variante foi identificada pela primeira vez na África e em 18 de abril de 2021, o Ministério da Saúde confirma a primeira morte da variante delta no Brasil, uma grávida de 42 anos do norte do Paraná. Diante disso, a campanha de Vacinação se intensificou aqui no Brasil, mas ainda de forma lenta considerando o potencial de contaminação e letalidade da doença.

No entanto, no final de novembro de 2021 foi identificada uma nova e potente, a variante Ômicron, ameaçando uma quarta onda, a variante foi detectada na África (a cepa B.1.1.529 foi identificada em Botsuana), com um potencial de contágio muito grande, e vem se expandindo pelo mundo, em 02 de dezembro já foram registraram pelo menos 348 casos, em todo o mundo, no Brasil nesta mesma data foram registrados cinco casos confirmados (sendo uma mulher e quatro homens, dois no Distrito Federal e três em São Paulo) e tem oito casos suspeitos. Por fim, o momento é de incerteza, a esperança continua sendo as vacinas e as medidas de saúde pública.

Porém, além das questões da saúde, a Pandemia atingiu também a questão econômica por todo o mundo, “Esses efeitos, no entanto, são atenuados na região da ALC por causa de sua estrutura de mercado menos competitiva (BANCO MUNDIAL, 2021, p. 12). Por exemplo, no Equador e no Brasil, de acordo com o relatório do Banco Mundial (2021), os efeitos sobre o

emprego e os salários do trabalhador médio ainda perduram nove anos após o início da crise, mesmo para aqueles trabalhadores com ensino superior que não sofram os impactos de uma crise em termos salariais, só os impactos de curta duração em matéria de emprego. Em uma crise, os novos ingressantes no mercado de trabalho têm um início de carreira pior, do qual não conseguem se recuperar (BANCO MUNDIAL, 2021, p.27)”.

2.2. A situação econômica brasileira antes, durante e após(?) a pandemia

A economia brasileira já estava em situação crítica antes da chegada da COVID-19. Segundo Barbosa (2017), o Brasil encontrava-se em um cenário de uma forte recessão enfrentada desde o segundo trimestre de 2014 até o ano de 2017. A profunda recessão foi resultado de choques de oferta e de demanda ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente no período em que foram adotadas políticas que formaram a “Nova Matriz Econômica” (NME). De acordo com Paiva (2016), a crise econômica ocasionou vários outros efeitos secundários que aumentaram a recessão como a queda dos investimentos públicos, a elevação da taxa de juros, a contração do mercado de crédito, o aumento do desemprego e a queda da renda.

Contudo, em um país em que as desigualdades socioeconômicas são evidentes, quem mais sofre com a recessão são as famílias em situação de vulnerabilidade, por situação de pobreza, que dependem de políticas públicas/sociais como o Programa Bolsa Família, o Sistema Único de Assistência Social e o Benefício de Prestação Continuada. Trata-se de um público extremamente vulnerável e, frente ao quadro de aumento do desemprego e da queda da renda, tem sua situação piorada. Segundo Paiva (2016), em relação a ação do governo para o combate à pobreza e à desigualdade, e à promoção da cidadania inclusiva estava sendo comprometida com o ajuste fiscal proposto na PEC 241/16.

A recessão trouxe também a queda Produto Interno Bruto (PIB) A Tabela 1, reproduzida de Barbosa (2017), apresenta a decomposição do crescimento do PIB, dado pela Produtividade Total dos Fatores (PTF), do Trabalho e do Capital, do Brasil para os anos de 2002 a 2016. Nessa tabela é possível visualizar a situação da economia do Brasil nos últimos anos.

Tabela 1: Decomposição do crescimento do PIB - Brasil

	PIB	PTF	Trabalho	Capital
2002-2010	3,9	1,6 41,1	1,1 27,9	1,2 31,0
2010-2014	2,2	0,5 24,2	0,0 0,5	1,7 75,3
2014-2016	-3,7	-1,9	-0,7	-1,1

		49,9	19,8	30,3
2010-2016	0,2	0,3 -119,8	-0,2 -107,9	0,7 327,7

Fonte: Reproduzido por Barbosa (2017, p. 53).

O período de 2002-2010 contempla tanto o final do Governo Fernando Henrique Cardoso quanto a maior parte dos dois mandatos do Governo Lula. O período de 2003 a 2011, do governo Lula, foi marcado pela a implantação de políticas públicas (Lei de Cotas, Bolsa Família, BPC, minha casa, minha vida, luz para todos, Cisternas, transposição das águas do São Francisco) e como também por aumento dos investimentos privados e públicos, exportação, crescimento das indústrias. Na pesquisa de Barbosa (2017), como mostra a Tabela 1, o crescimento do PIB pode ser decomposto em PTF (Produtividade Total dos Fatores), Trabalho e Capital. No período de 2002 a 2010, o PIB brasileiro cresceu 3,9% e 41,1% desse crescimento pode ser atribuído a PTF (Produtividade Total dos Fatores), a maior parcela.

Já no período de 2010 a 2014, ocorre o final do Governo Lula e o início do Governo Dilma. Cabe ressaltar que em 2013 o Brasil alcançou o terceiro lugar em taxa de crescimento e figurou entre as principais economias mundiais. Nesse período, o crescimento do PIB ficou na casa de 2,2% e percebe-se um substancial aumento da participação do Capital, que respondia por dois terços desse crescimento (75,3) %, fruto da elevação do investimento. No entanto, houve imediata diminuição do crescimento da PTF (para 24,2%), o que reduziu o produto potencial brasileiro (BARBOSA, 2017, p. 53).

Já o período de 2014-2016, também no Governo Dilma (o *impeachment* de Dilma acontece em agosto de 2016) e início do Governo Temer, foi marcado por um decréscimo do PIB, ou seja, com taxa negativa de crescimento de -3,7%, neste intervalo. Esse resultado por ser explicado pelo fato de o país ter enfrentado, naquele momento, enfrentando uma das maiores crises econômicas da história, em que os maiores impactos da crise foram entre os anos de 2015-2017, o que afetou a vida de grande parte dos brasileiros, em consequência de que os preços aumentaram, a informalidade também aumentou, perda de investimentos (muitos países deixaram de investir no Brasil), perda de postos de trabalho, entre outros.

O período de 2010-2016, que é o período do final do Governo Lula e início de todo o Governo Dilma, engloba o *impeachment* de Dilma em agosto de 2016 e o início do Governo Temer. Contudo. Neste intervalo, ocorre o auge do crescimento da economia brasileira, onde os investimentos no país estavam a todo vapor, o PIB positivo. Logo após, inicia-se a crise econômica de 2015-2017, então o PIB decresce chegando a ficar negativo, gerando um

resultado no período de 2010-2016 de um PIB de 0,2%, um resultado positivo, porém relativamente baixo.

O Governo de Michel Temer como Presidente da República foi no período de 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018, seu mandato foi marcado pela reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017), a qual fez mudanças nas regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. Para Nascimento (2017), a reforma trouxe o fim da assistência gratuita na rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador não tem mais o direito de verificar se as verbas pagas pelo empregador na rescisão estavam corretas; Autorização da dispensa coletiva sem intervenção sindical; Restrição de acesso à Justiça gratuita e a Permissão para negociação coletiva de condições menos benéficas ao trabalhador do que as previstas em lei.

Por fim, o Governo Bolsonaro que ocorre desde 1 de janeiro de 2019 até os dias atuais (31/03/2022). Durante seu mandato o Presidente sancionou a reforma da previdência através da Emenda Constitucional 103/2019 (EC 103/19), a qual promove mudanças nos cálculos do tempo de contribuição, nas regras de pensão por morte, de concessão de benefícios, e as mudanças mais ríspidas foram as legislativas. O posicionamento de Bolsonaro em relação a Pandemia da COVID-19 é outro ponto bastante relevante no impacto negativo sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Quando a renda per capita é reduzida, reduz também a qualidade de vida de quem depende dela, aumentando a fome e a pobreza, sendo assim, neste cenário quem é mais atingido é a população mais pobre do país. E, em relação à desigualdade socioeconômica brasileira, Gonzaga (2020) mostra que em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, estava na ordem de R\$ 6,5 trilhões e apenas cerca de 20% dele estava concentrado nas regiões Norte e Nordeste. Estas duas regiões concentram a maior parcela dos empregos informais do país. Já as regiões Sul e Sudeste concentravam 70% do PIB, sendo que a região Sudeste concentrava, sozinha, 50% do PIB brasileiro.

Essas desigualdades são resultado da falta de investimentos igualitários em políticas sociais inclusivas, educação, saúde, distribuição de renda, entre outros fatores. O estudo de Albuquerque e Ribeiro (2020) revela que a maior parte da distribuição do total da riqueza nacional é composta por patrimônio não financeiro, como imóveis, terras, entre outros bens, ou seja, 68% de toda riqueza do Brasil é de riqueza em ativos não financeiros, algo que se assemelha ao que acontece na América Latina e Caribe. Na região, 71%, em média, da riqueza nacional é de ativos não financeiros.

Apesar da evidente importância de investimento em políticas sociais com vistas à redução de tão marcadas desigualdades, a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) entrou em vigor em 2017, estabeleceu o Novo Regime Fiscal para o âmbito dos Orçamentos da Seguridade Social da União e Fiscal. A EC 95 define uma duração por vinte exercícios financeiros de que não ultrapasse o teto dos gastos públicos, permitindo a possibilidade de revisão a partir de 10 anos, podendo ser alterada em 2026. A EC 95 estabelece um limite nos gastos públicos, ou seja, ela tem o objetivo de estabelecer um teto nas despesas com assistência social, saúde, educação, entre outros. Caso este teto dos gastos públicos não seja respeitado, os órgãos públicos ficam proibidos de fazer reajuste de salários dos servidores, de realizar contratações ou concursos públicos, e de receber incentivos, benefícios ou subsídios.

É notório que o país não estava recuperado da crise ocorrida neste período e, de acordo com Pires, Carvalho e Xavier (2020), o Brasil apresentava níveis altos de desigualdade de renda e de acesso a serviços assistenciais, porém isso ficou mais preocupante com a chegada da COVID-19 e a enorme mortalidade causada pelo vírus. o país acendeu um sinal de alerta sobre os efeitos desproporcionais da pandemia no território nacional e nas regiões mais pobres do país.

Segundo Camarano (2020), em março de 2020, o Brasil registrou uma taxa de desemprego de 12,8%, sendo que em fevereiro a taxa era de 11,8%, ou seja, houve um aumento de 1 ponto percentual de um mês para outro, no mesmo período o percentual de desocupados na população de 14 anos ou mais oscilou para baixo; de 7,3% para 7,1%. Já em relação aos percentuais dos que deixaram de trabalhar e da população em idade de trabalhar que saiu da força de trabalho, foram de 6,3% e 6,5%, respectivamente.

Quando o vírus chegou no território nacional, iniciou-se um período de quarentena, e havia a expectativa de que em torno de 40 dias o país iria retomar suas atividades. Porém, a falta de uma gestão coordenada da pandemia que envolvesse as esferas federal, estadual e municipal, somado ao atraso na aquisição de vacinas, fez com o que o cenário pandêmico se estendesse por meses a fio.

Assim como foi citado, a economia também vem sofrendo com a alta na inflação, que impacta diretamente na mesa do brasileiro que vive em situação de vulnerabilidade. De acordo com o Banco Central, a Taxa Selic foi de 10,75% em 04 de fevereiro de 2022, que é o importante indicador monetário utilizado para controlar a inflação, sendo que a inflação segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no final de 2021, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano com um avanço acumulado de 10,06% de acordo com as projeções e alta de 8,6%, para Índice Nacional de Preço ao

Consumidor (INPC). Este aumento é consequência da alta dos preços mais acentuados para a energia elétrica e na gasolina e a energia elétrica, além do aumento nos preços dos alimentos. Ainda de acordo com o Ipea (2021), esta alta nos preços dos alimentos altera as cestas de consumo das famílias mais pobres do Brasil, e nos últimos 12 meses até agosto de 2021, a inflação chegou a ser 10% para as famílias com rendimentos muito baixa ou média-baixa.

A pandemia da COVID-19 tem deixado mais evidente as situações de desigualdade das famílias brasileiras que residem nas periferias, nas zonas rurais, nas regiões mais pobres do país, principalmente com a alta mortalidade, que vem trazendo consequências como a redução de emprego e renda, o aumento da pobreza, da fome e da falta de assistência governamental, pois muitos perderam os provedores de seus lares e que hoje sobrevivem de pensões, programas do governo entre outros auxílios financeiros.

Assim como também é a população vulnerável, vivendo em lugares vulnerabilizados que mais sofrem com o aumento dos preços dos alimentos, do gás de cozinha, dos produtos de higiene, da energia e da água, impactando o enfrentamento da pandemia, isto ressalta ainda mais que a resiliência dessas famílias não está na saúde privatizada e tampouco no mercado de trabalho. O avanço da doença e de suas consequências no território nacional revela a seletividade escancarada que há no país, “os números de casos e óbitos diferem segundo região ou grupos de indivíduos quando se analisam gênero, renda, etnia, cor da pele, escolaridade, ocupação, condições de moradia, trabalho e circulação” (ALBUQUERQUE e RIBEIRO, 2020, p. 03).

Diante desse cenário preocupante da economia nacional, vale ressaltar também os formatos de rendimentos das famílias mais carentes do Brasil, já que em muitos lares a renda principal é a aposentadoria de algum idoso, outros rendimentos são compostos por trabalhos informais, pelo programa Bolsa Família, por Benefício de Prestação Continuada (BPC) entres outros. Esses tipos de rendimentos são o principal foco do estudo, para compreender como são compostos os rendimentos das famílias do Semiárido Setentrional. Camarano (2020) ressalta a importância do papel do idoso nesses novos arranjos familiares no Brasil, principalmente quando a população brasileira está experimentando o processo de envelhecimento populacional, algo que já está afetando a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA).

Após a medida de distanciamento social por conta da COVID-19 ocorreu a implementação do Auxílio Emergencial pela Lei nº 13.982, de 2020, é uma ação do Governo Federal em apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Brasil, os beneficiários são trabalhadores informais, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF),

autônomos, microempreendedores individuais (MEI) e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (CARDOSO, 2020, p.01).

O Auxílio Emergencial iniciou em abril de 2020, como o pagamento de R\$600,00 por beneficiário, podendo ser pago o valor de R\$1.200,00 para mulheres chefes de família. Foram pagas seis parcelas em 2020 e houve a extensão do auxílio para 2021 com outras três parcelas. O valor investido nessa política pública foi de R\$ 322 bilhões. Considerando que desde 2016 a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos já estava em vigor, os investimentos em políticas públicas têm sido prejudicados. Mesmo com o evidente desamparo da população o valor do auxílio foi reduzido para R\$150,00 por beneficiários em 2021 assim como foi reduzida também a abrangência do número de beneficiários. Em abril de 2021 iniciou-se a terceira extensão do auxílio. Nessa nova extensão já foram pagas sete parcelas do auxílio e, ao todo, já foram pagas 17 parcelas de auxílio emergencial de proteção social para a população brasileira. Porém a nova proposta do Governo Federal é extinguir o auxílio emergencial, e ficar só com os pagamentos do Bolsa Família que passará a ser Auxílio Brasil, para as famílias que estão cadastradas no Cadastro Único, o valor do benefício varia de acordo com a situação socioeconômica das famílias informadas no CadÚnico.

Diante do exposto, fica claro que a pandemia da COVID-19 tem grandes probabilidades de deixar consequências a longo prazo na economia brasileira, em relação a situação das famílias mais carentes que perderam seus rendimentos durante a pandemia, seja por desemprego, por morte de familiares que eram responsáveis pelo sustento da casa, por dificuldade de voltar ao mercado de trabalho entre outros fatores. Segundo o relatório do Banco Mundial (2020), região da América Latina e Caribe (ALC) foi marcada por grandes crises que causaram uma perda persistente de empregos, e essas crises têm impactos fortes no mercado de trabalho, muitas vezes os impactos não são percebidos no curto prazo, mas no longo prazo elas causam fortes desvios negativos sendo sentidas fortemente através do desemprego do que da transição para a informalidade.

De acordo com o Ipea (2020), as consequências no pós-pandemia, também são esperadas no cenário fiscal, que já era restrito antes da pandemia da COVID-19, para o pós-pandemia, tem-se a expectativa de que haja um desequilíbrio financeiro ainda mais agudo dos estados e municípios e um forte aumento da dívida pública, pois o novo cenário esperado para a economia brasileira é uma retração de até 6%. Como vem sendo debatido, o setor de serviços foi o mais atingido durante a crise sanitária, e este setor representa 70% do PIB brasileiro, seguido do setor industrial e agropecuário. Já em relação aos investimentos, este setor não

apresenta alterações, permanecendo no nível de 15%, porém ainda não é capaz de cobrir 3% ao ano que garantem o crescimento da capacidade produtiva potencial.

No longo prazo, conforme o relatório do Banco Mundial (2020), a crise sanitária atualmente enfrentada tem previsões de efeitos consideráveis na estrutura de emprego mesmo após a crise, por pelo menos 10 anos. Considerando o nível de educação e qualificação, há uma expectativa de que nível de desigualdade salarial na região da ALC aumente consideravelmente, pelo fato de que as previsões apontam que os trabalhadores pouco qualificados demorem mais a se reintegrar no mercado de trabalho, enquanto os trabalhadores altamente qualificados se recuperam rapidamente, principalmente, nas localidades que a vulnerabilidade e a informalidade são maiores. Tendo em vista, que empregos formais trazem mais segurança e qualidade de vida, os que estão sofrendo com a redução dos fluxos de empregos e de salários reduzem também seu bem-estar, sua alimentação e renda, tudo isto em uma visão de longo prazo, com a expectativa de taxas mais altas de desemprego e informalidade, ocasionando fome, pobreza e perda no poder de compra.

No entanto, em concordância com o relatório do Banco Mundial (2020), em relação ao setor industrial, os impactos deixados pela crise podem estimular a produção de novos insumos, que capte essa mão de obra disponível, devido à alta procura por emprego, ocasionando uma transição para empresas mais produtivas à medida que a economia se recupera.

2.3. Semiárido Setentrional

A região do Nordeste brasileiro possui o maior número de Unidades Federativas, composta por nove Estados, é também a terceira maior região em área no território nacional, e a segunda região mais populosa do Brasil. Conhecida pelo seu clima seco e árido, a região por muito tempo foi marcada pela fome, pobreza e escassez de renda. Com o passar dos anos a situação socioeconômica nordestina tem melhorado. Apesar disso, o Nordeste ainda ocupa a posição de uma das localidades mais pobres do país.

Utilizando a renda como indicador, em relação a linha de pobreza, para a zona rural e urbana do Nordeste, a área urbana nordestina apresenta R\$ 201,03 de linha de pobreza, enquanto as áreas rurais, de R\$ 179,29, em média, na linha de pobreza (CALDAS e SAMPAIO, 2015). Ainda segundo Caldas e Sampaio (2015), a região Nordeste do Brasil apresenta um dos maiores percentuais de domicílios brasileiros sem acesso aos itens de consumo (a geladeira é o que mais falta) e habitação (sendo a água canalizada, o item mais escasso). Diante disso, nota-

se que no Nordeste existem vários domicílios abaixo da linha de pobreza, porém em outras dimensões não apresentam carência.

De acordo com Ojima (2013), do total da população da região Nordeste, analisando recorte ambiental e distribuição da população, 40% da população residia do Semiárido em 2010. A Figura 1 abaixo, apresenta o Mapa do Nordeste:

Figura 1: Estados do Nordeste



Fonte: IBGE, Malha Digital Estadual.

Do total dos municípios do Nordeste, 58,4% estão na região semiárida, e em relação à área da região nordestina, os municípios do semiárido correspondem a 56,7% de toda a área da região (ARAÚJO e LIMA, 2010). A Figura 2 apresenta o Mapa do Semiárido Brasileiro.

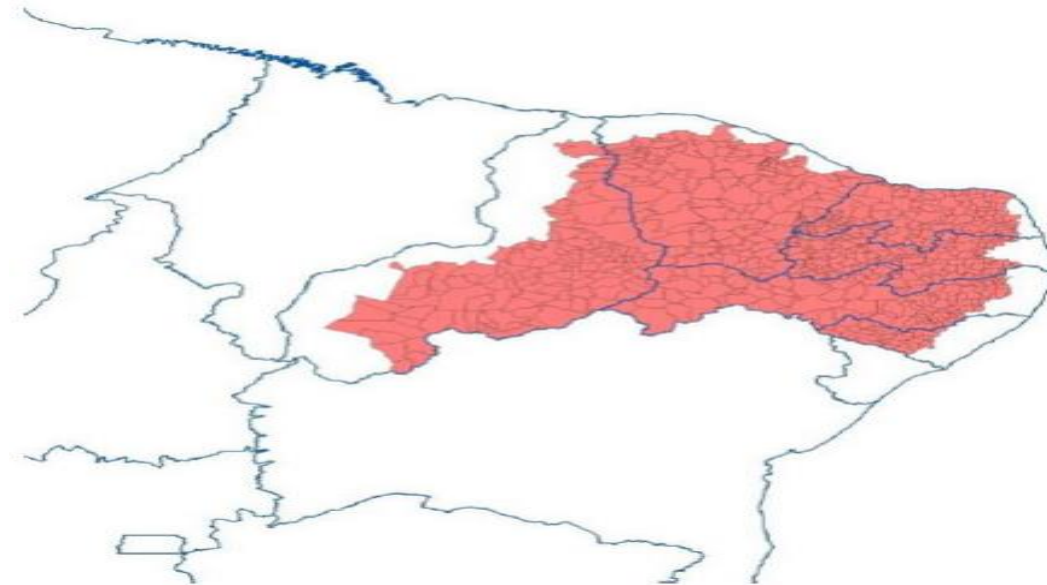
Figura 2: Estados do Semiárido Brasileiro



Fonte: IBGE, Malha Digital Estadual.

O Semiárido contempla nove Estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, como é possível visualizar no Figura 2. A Figura 3, por sua vez, corresponde ao Mapa do Semiárido Setentrional.

Figura 3: Municípios do Semiárido Setentrional



Fonte: IBGE, Malha Digital Municipal.

O Semiárido Setentrional (SS) abrange 862 municípios distribuídos em seis estados da Região Nordeste sendo eles: Piauí com 185 municípios, Ceará com 175 municípios, Rio Grande do Norte com 147 municípios, Paraíba com 194 municípios, Pernambuco com 123 municípios e Alagoas com 38 municípios. “Os estados do Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Pernambuco (PE) têm mais de 80% do seu território na região semiárida” (ARAÚJO E LIMA, 2010, p. 53).

Com o passar dos anos, mais precisamente nos anos 2000, com a diversificação e expansão da economia nordestina, consolidação de políticas públicas (como políticas de transferência de renda), aumentos dos investimentos públicos e privados, o Nordeste passou a mudar aquele cenário marcado por grandes secas e pobreza, para um cenário de novas oportunidades de emprego e renda, “durante grande parte dos anos 2000, com contextos nacional e internacional favoráveis, a economia do Nordeste aumentou seu produto em ritmo acima da média nacional (3,9% a.a. contra 3,5% a.a., entre 2004 e 2014 (...)) (TROVÃO E ARAÚJO, 2019, p. 24)”.

Diante disso, o olhar para o SS também começou a ser mudado após a chegada de transformações da escala produtiva, da modernização, das grandes indústrias e políticas públicas voltadas para a educação, saúde pública, saneamento básico, tratamento de água, água

encanada, combate ao desemprego e a fome, sobretudo na época de estiagem, aumentando consideravelmente a qualidade de vida da população nordestina.

Ao processo de mudança socioeconômico do SS também é atribuído a implementação de políticas públicas de qualidade como mostra Machado et al (2017), sobre o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido instituído pelo Governo Federal a partir de 2003, o tinha o objetivo de construir um Milhão de Cisternas Rurais, com o intuito de atender às populações difusas residentes nas áreas rurais.

Quando o Governo cria políticas públicas que alcançam de forma positiva a população, aqueles beneficiados ganham novas oportunidades de qualidade de vida, e ter acesso a água potável é uma delas, interligando a esta política associa-se também, segundo Castro (2011), o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional instituído no Governo Lula, com a construção de dois grandes canais o qual abrange 477 km em obras, levando águas doces para as famílias nordestinas.

Consequentemente, aquelas famílias do Nordeste que sofriam com escassez de água causada pela seca, puderam vivenciar as transformações em seu dia a dia desfrutando do acesso à água potável em suas residências, passaram a ter a riqueza que é ter água, um fator essencial para sobrevivência de qualquer ser vivo. Portanto, com as águas vieram também a oportunidade de ter novos alimentos a partir da agricultura familiar. “Em paralelo à expansão da fronteira agrícola regional e à consolidação da fruticultura irrigada, a produção rural de base familiar confirmou seu papel de destaque no Nordeste, em especial no semiárido, dominado pelo bioma caatinga (TROVÃO E ARAÚJO, 2019, p. 24)”.

Ao passo que eram implantadas políticas públicas, a qualidade de vida das pessoas ia melhorando, o Nordeste estava sendo visto e ganhando novas oportunidades de crescer. Outra grande política pública implantada pelo Governo Federal, segundo Freitas e Silveira (2015), foi o programa Luz para Todos do Governo Federal implantada em julho de 2011, o qual distribuiu o serviço de acesso e uso de energia elétrica à população do meio rural que não possuía acesso. Dessa forma, aquelas famílias da zona rural que não tinham acesso a uma geladeira, iluminação, televisão, ventilador (considerando o calor nordestino), entre outros eletrodomésticos, passaram a ter (dentro de suas condições socioeconômicas) com a instalação e uso de energia elétrica.

Outra grande política pública, de acordo com Santos (2012) foi Lei de Cotas instituída pelo Governo Federal em 2012, no qual alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e índios tem direito a uma reserva de vagas por parte de todas as instituições de ensino superior federais do Brasil. Diante disso, a população do Semiárido Setentrional viu na educação um meio de acesso à informação e para melhoria de qualidade de vida, porque a

educação transforma tudo ao seu redor, dá acesso a um trabalho melhor, a uma maior renda e um novo olhar para qualquer situação.

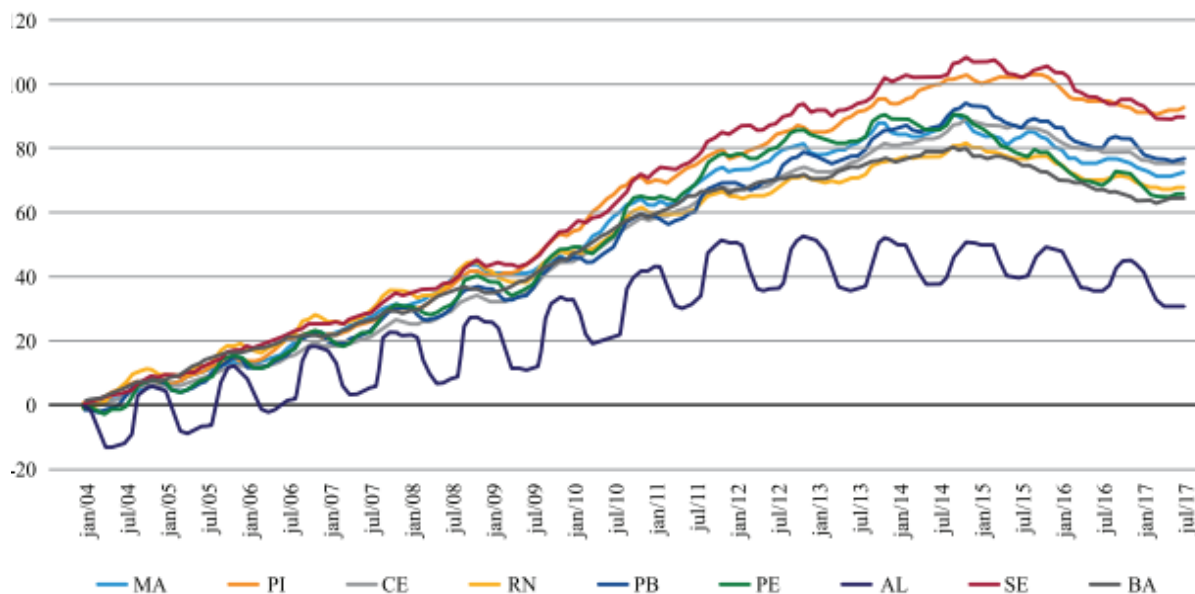
O Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, beneficia famílias de baixa renda que tinham o desejo de ter sua casa própria, mas sua renda não dava acesso à compra de uma moradia. O programa subsidia juros mais baixos para as famílias que têm uma renda de até R \$9.000 por mês.

As políticas públicas no Semiárido Setentrional mudaram significativamente a qualidade de vida das pessoas, pois além de auxílios financeiros, concedia também fornecimento de cestas básicas, entrega de leite, distribuição de água nas secas, entre outros.

“A economia nordestina cresceu a taxas expressivas no período de 2004 a 2014” (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p. 09). “Esse crescimento foi puxado pelo aumento da demanda agregada e as políticas sociais, impactando positivamente nos indicadores do mercado de trabalho e na melhoria da renda dos trabalhadores (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p. 09)”. A situação da região ficou cada vez pior com a chegada da Pandemia da COVID-19. “A crise da Covid-19, por sua vez, a um só tempo desnudou e potencializou a deterioração do mercado de trabalho nordestino, em um ritmo acelerado acima da média do Brasil (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p. 09)”.

A Figura 4 mostra o crescente aumento no nível dos postos de trabalho, no Nordeste, a partir de janeiro de 2004. Entre 2004 e 2015, foi o momento em que houve grandes implantações de políticas públicas direcionadas, como Bolsa Família, Lei de Cotas, entre outras, mas em meados de 2015 a 2017 o país passou por uma grande crise econômica que atingiu diversos setores, entre eles o de mercado de trabalho, e até hoje o Brasil não se recuperou inteiramente dessa crise. Com a crise de 2015, houve uma diminuição no nível dos postos de trabalho.

Figura 4: Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04-jul/17
Fonte: Trovão e Araújo (2019, p. 35)



Para Kerr et al (2020), os impactos da pandemia da COVID-19 na região Nordeste estão sendo muito severos, o agravamento veio por meio das medidas de isolamento social tomadas pelos governos dos estados e administrações municipais para mitigar a contaminação pelo vírus, considerando que o Nordeste é uma das regiões mais pobres do Brasil, mas caracterizado também pela sua heterogênea em alguns indicadores socioeconômicos e demográficos, os efeitos das medidas de distanciamento social implementadas foram imediatos, tendo em vista o contexto socioeconômico e político desfavorável vivido pela população residente.

Assunto recorrente também no estudo de Aquino e Nascimento (2020), já que segundo os autores as medidas de isolamento social atingiram os segmentos mais importantes que compõem o PIB da região, que foram os setores produtivos, principalmente os segmentos de comércio e serviços, que tem uma representatividade de mais 70% de todo o PIB da região do Nordeste.

Como apontam Albuquerque e Ribeiro (2020) a formação de favelas e periferias compõem nítida seletividade dos investimentos, infraestruturas, mobilidade, concentração e competitividade, e as possibilidades de enfrentamento da pandemia conforme os bairros, distintas para os ricos. Para a população empobrecida, o isolamento social, o cuidado do seu bem-estar físico e financeiro, precisam enfrentar escassez com acesso à água, produtos de higiene, esgotamento sanitário, alimentos, unidades de saúde, informação e renda.

Vale também ressaltar que o Semiárido Setentrional além de enfrentar as questões de desigualdades socioeconômicas, enfrenta também as questões demográficas, tais como:

envelhecimento populacional; redução das taxas de fecundidade; imigrações da PEA; e o nível de mortalidade cada vez mais alto agravado pela COVID-19.

Essas questões são levantadas porque afetam diretamente os rendimentos das famílias dessa região que já sofrem com a vulnerabilidade socioeconômica, com o clima seco e árido e com a pobreza. Sendo acrescentadas também as questões demográficas que estão sendo vivenciadas por todo o país, mas que na região Nordeste chegam mais tardiamente do que em relação às outras regiões do país.

O envelhecimento populacional no Semiárido Setentrional afetará a composição dos domicílios, com uma crescente proporção de idosos como provedores dos lares. Por outro lado, os idosos demandam cuidados, que muitas vezes são fornecidos pelos próprios membros da família, principalmente as mulheres.

Os processos migratórios, assim como a mortalidade, são componentes da dinâmica demográfica que também afetam os rendimentos dessas famílias do Semiárido Setentrional. O Nordeste é marcado por suas grandes emigrações em busca de trabalho e renda, por ser uma região de poucas oportunidades no mercado de trabalho. “A saída de população em idade ativa pode comprometer as taxas de crescimento desses pequenos municípios e, conseqüentemente, o futuro que as populações mais envelhecidas se encontrarão nestas pequenas cidades” (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2014, p. 121).

Porém, com o passar dos anos muitos desses imigrantes retornaram para a sua cidade de origem, a chamada “migração de retorno”, esse retorno se dar principalmente para o semiárido, em que esses migrantes retornados procuram manter residência próxima as pessoas que possuem vínculos familiares.

Diante de todas essas questões demográficas, há uma demanda por políticas públicas de qualidade para amenizar esses efeitos na qualidade de vida das pessoas. Para isso, O PBF mesmo enfrentando duras críticas, está sendo um incentivo do Governo Federal para as famílias que se encaixem no programa, colocarem seus filhos na escola e para alguns estudiosos um incentivo também para manter essas famílias em suas regiões. Como também o auxílio emergencial, mas que agora se encerrou, e passou a ser apenas o Auxílio Brasil substituindo o Programa Bolsa Família, e com a extinção do auxílio emergencial o número de contemplados pelo Auxílio Brasil é mais reduzido. “A urgência da situação requer a adoção de políticas públicas de emprego e transferência de renda para proteger os trabalhadores que vivem na informalidade enquanto as atividades estiverem paralisadas” (COSTA, 2020, p. 174).

Com a chegada da pandemia as desigualdades nos rendimentos das famílias mais vulneráveis do semiárido ficaram mais gritantes, isso se dar pela discriminação que há dentro e

fora do mercado de trabalho com as pessoas que não tem uma educação de qualidade e por terem qualificações desiguais, conseqüentemente, encontram dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho e quando se inserem recebem salários baixos, impulsionando esses trabalhadores irem para a informalidade. “O alto grau de vulnerabilidade e precarização do mercado de trabalho prevalecente no Nordeste indica, assim, que a política de proteção social precisa ser mantida e fortalecida para evitar uma crise social de largas proporções na região” (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p. 09).

Um dos impactos da pandemia na economia e no mercado de trabalho foi o elevado número de demissões por falta de demanda de consumidores, efeito do isolamento social. Em alguns casos, observou-se inclusive o fechamento de pequenas empresas. Estima-se que tenha ocorrido entre janeiro e maio de 2020 uma perda de mais de 248 mil postos de trabalho formais (AQUINO e NASCIMENTO, 2020).

A pandemia também traz conseqüências sobre os rendimentos das famílias mais vulneráveis, seja pela morte do provedor, por demissão, por redução da jornada de trabalho e dos salários. Segundo Aquino e nascimento (2020), no ano de 2020, os meses de abril e maio foram os mais atingidos pela pandemia da COVID-19, em relação a perda acumulada de postos de trabalhos formais, havendo um acirramento na queda do saldo de emprego formal da ordem de 199,1%, comparado ao trimestre anterior. Porém, os impactos do desemprego não foram sentidos de imediato por conta do seguro-desemprego, direito garantido para aqueles que tinham emprego de carteira assinada.

De acordo com a biblioteca do IBGE (2019), o Nordeste foi a região que continuou registrando a maior taxa de desocupação do Brasil, estimada em 14,4%, e a segunda maior em relação ao nível de ocupação de trabalhadores por conta própria, comprovando que a informalidade no Nordeste é uma realidade de muitas famílias. Pretende-se investigar esse nível de informalidade para a região do Semiárido Setentrional.

Essa discussão, abre o enfoque para uma análise sobre a renda mínima necessária, para que o indivíduo e sua família tenham condições financeiras para atender as necessidades humanas. Ou seja, há uma preocupação, se os rendimentos das famílias do Semiárido Setentrional, são capazes de suprir as necessidades de aquisição de bens, serviços, nutrição, saúde, habitação e vestuário, com as políticas de transferências de renda posta pelos governantes, frente a crise sanitária pandemia do COVID-19.

O fato de o Semiárido Setentrional apresentar elevados níveis de vulnerabilidade socioeconômica, e contemplar o maior número de inscritos nos programas Programa Bolsa Família (PBF), que passou a ser Auxílio Brasil, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC),

nota-se a importância de implantação de políticas que direcionem esses trabalhadores ao mercado de trabalho formal.

"De fato, nos dados brasileiros as transições do desemprego para a informalidade são duas vezes mais prováveis que as transições do desemprego para a formalidade em 2021 (BANCO MUNDIAL, 2021, p.81). Contudo, se o Governo implantasse políticas de incentivo, como aumento dos salários, poderia atrair estes trabalhadores ao mercado de trabalho formal, mas muitos deles estão mais estáveis com emprego informal, pois muitos trabalhadores tem uma remuneração maior trabalhando de forma informal do que no setor formal.

O Programa Auxílio Brasil é uma importante política de transferência de renda para as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, pois estas famílias, podem se cadastrar no Programa, e passar a receber do Governo um incentivo financeiro, de acordo com as informações prestadas no Cadastro Único sobre sua renda. Estão aptas a receber o Auxílio Brasil aquelas famílias que tenham renda per capita de até R\$ 89,00 mensais; ou famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, sendo necessário, estar matriculado em uma escola e manter a frequência nas aulas, para as crianças de 0 a 6 anos, manter o acompanhamento do peso, altura e vacinas em dia, além de pré-natal para as gestantes.

Outra importante política de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contempla os idosos e pessoas com deficiência, e em situação de pobreza, adotado pela Assistência Social. O benefício visa atender os indivíduos que se encontram em maior vulnerabilidade física e social, o qual garante a transferência mensal de 01 (um) salário-mínimo visando combater a pobreza.

Contudo, a discussão abre o enfoque para uma análise sobre a renda mínima necessária, para que o indivíduo e sua família tenham condições financeiras para atender as necessidades humanas. Ou seja, há uma preocupação, se os rendimentos das famílias do Semiárido Setentrional, são capazes de suprir as necessidades de aquisição de bens, serviços, saúde, nutrição, habitação e vestuário, com as políticas de transferências de renda posta pelos governos, frente à crise sanitária pandemia do COVID-19.

Por fim, vale ressaltar o fato de que muitas famílias do Semiárido Setentrional sofrem com: desigualdade de renda, excedente de mão de obra pelo setor informal com relação à oferta de trabalho, disparidade salarial elevada entre trabalho qualificado e não qualificado, migração do campo para o urbano, vulnerabilidade entre outras, sendo intensificadas com a chegada do Vírus.

3. FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

3.1. Fonte de dados

Neste estudo, será utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). A PNADC é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e abrange os domicílios no território nacional em cada trimestre do ano, visando acompanhar o desenvolvimento da força de trabalho durante aquele ano. Também envolve questões socioeconômicas no questionário, sendo assim, possibilitando as análises diversas sobre a força de trabalho, como é o caso do presente estudo. A PNADC integra três tipos de microdados: Trimestral, o qual contém variáveis conjunturais referente ao mercado de trabalho de cada trimestre daquele ano; anual acumulado, o qual contém todas as informações do ano sobre os temas e tópicos pesquisados em determinada visita; e o Anual concentrado, o qual contém todas as informações do ano sobre os temas e tópicos suplementares pesquisados em determinado trimestre.

A descrição inicial da população visa identificar as potencialidades e limitações da escolha metodológica adotada. Para isso, os resultados da população do Semiárido Setentrional serão comparados com outras fontes de informações.

Os dados foram extraídos pelo RStudio, um software Livre e Colaborativo utilizando o pacote PNADcIBGE, com este pacote é possível baixar os dados amostrais da PNADC, pois ele foi desenvolvido para fazer a importação de dados da PNADC, e através do que foi extraído com este pacote, pode-se utilizar o pacote survey.

3.2. Análise do Semiárido Setentrional a partir da Pnad Contínua

O grande desafio que se coloca diz respeito a fontes de dados sobre rendimento e mercado de trabalho a nível municipal. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário adaptar-se à disponibilidade dos dados no período desejado e no recorte geográfico. As informações mais detalhadas a nível municipal que permitiriam fazer o recorte preciso do Semiárido Setentrional seriam do Censo Demográfico. A última realização do censo data do ano de 2010. Em decorrência da pandemia, o Censo Demográfico foi adiado para 2021 e, até o momento, ainda está em fase de teste.

Ainda que o Censo Demográfico de 2021 estivesse disponível, a compreensão dos impactos da pandemia sobre os rendimentos dependeria de uma análise em um momento imediatamente anterior, algum momento durante a pandemia e algum momento após o fim da pandemia.

A variável Tipo de Área, classifica a área em Capital, Resto da RM (Região Metropolitana, excluindo a capital), Resto da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, excluindo a capital), Resto da UF (Unidade da Federação, excluindo a região metropolitana e a RIDE).

O fato de a PNADC disponibilizar os dados de forma dividida por cada tipo de área, se tornou um recurso compatível para o estudo, diante das circunstâncias. É possível fazer uma aproximação para identificar o Semiárido Setentrional através do recorte geográfico classificado com Resto da UF, pois o mesmo não inclui a Região Metropolitana, nem a Capital e nem o Resto da RIDE, de cada Estado estudado, ou seja, este recorte contempla a área aproximada do Semiárido Setentrional, que é um recorte que não inclui em sua área os municípios da região metropolitana, nem a capital, contudo é possível fazer análise desta população e dos rendimentos das famílias que ali residem, que é uma aproximação da população do SS.

Em um primeiro momento é necessário saber qual a estimativa da população que está sendo estudada, para isso, foi decidido fazer as análises para a população do Brasil, Nordeste, Semiárido Setentrional e das Unidades da Federação que compõem o SS, para o Terceiro Trimestre de 2019, 2020 e 2021, pois com esses recortes é possível analisar a composição, o tamanho destas populações e comparar os resultados com cada recorte e em cada ano. Em seguida, será feita uma análise análoga da estimativa do número de domicílios que contém no Brasil, Nordeste, Semiárido Setentrional e das Unidades da Federação que compõem o SS.

3.3. Variáveis sociodemográficas e de mercado de trabalho

Serão analisados os rendimentos com foco nos trabalhadores do Semiárido Setentrional, no terceiro trimestre dos anos de 2019, 2020 e 2021, considerando que a Pandemia, iniciou-se em dezembro de 2019 e ainda perdura até os dias atuais, dezembro de 2021. Sendo assim, é possível analisar o Trimestre que antecedeu a chegada do vírus, que foi o 3º Trimestre de 2019, até o 3º Trimestre de 2021.

A primeira análise será do perfil sociodemográfico da região do SS, onde se investiga a composição da população segundo sexo, raça e nível de escolaridade. Para avaliar o mercado de trabalho no SS antes e durante a pandemia, recorre-se às informações como rendimentos, ocupação e subocupação. As informações sobre condição/posição de ocupação, força de trabalho, subocupação, formalidade/informalidade e rendimentos são importantes porque ilustram o cenário para força de trabalho do SS imediatamente antes da chegada da pandemia e após o alastramento do vírus. As características de trabalho só foram analisadas para as pessoas

com 14 anos ou mais de idade. A descrição inicial da população visa identificar as potencialidades e limitações da escolha metodológica adotada. Para isso, os resultados da população do Semiárido Setentrional serão comparados com outras fontes de informações. O Quadro 1 apresenta as variáveis consideradas no estudo.

Variável	Descrição
UF	Unidade da Federação
Ano	Ano estudado
Trimestre	Trimestre estudado
V1023	Tipo de área
VD2002	Condição no domicílio
VD4001	Condição em relação à força de trabalho na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4002	Condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4003	Força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4004A	Subocupação por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos
VD4005	Pessoas desalentadas na semana de referência
VD4007	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4008	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (com subcategorias de empregados)
VD4009	Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4010	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4018	Tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

O Quadro 2 mostra a classificação das ocupações do setor formal e do setor informal considerados nesse estudo.

Quadro 2: Classificação das ocupações em formais e informais

Setor formal	Setor informal
Empregados com carteira	Empregados sem carteira
Militares	Trabalhadores domésticos sem carteira Conta- própria
Funcionários públicos estatutários	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Trabalhadores domésticos com carteira	Trabalhadores na construção para o próprio uso
Empregadores com 6 ou mais empregados	Não remunerados
	Empregadores com até 5 empregados

Fonte: Reproduzido de Targino e Vasconcelos (2015, p. 146).

4. RESULTADOS

4.1. A identificação do Semiárido Setentrional a partir da Pnad Contínua

Como já se mencionou, há uma limitação de disponibilidade de dados nesta pesquisa, pelo o fato de que não foi realizado o Censo Demográfico em 2020 e, por isso, foi necessário utilizar uma proxy, ou seja, utilizou-se o Tipo de Área Resto da UF como sendo Semiárido Setentrional, por ter o recorte geográfico semelhante.

Em razão disso, dos 862 municípios do SS, 668 estão no Resto da UF distribuídos em: Piauí (177), Ceará (137), Rio Grande do Norte (141), Paraíba (57), Pernambuco (118) e Alagoas (38). Sendo que, o Resto da UF utilizado no estudo contempla mais municípios, esses citados acima são apenas os que fazem parte do SS, ou seja, o Resto da UF aqui estudado contempla ao todo, 890 municípios concentrados nos seis estados Nordesteiros, tais como: Piauí (216), Ceará (146), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (86), Pernambuco (180) e Alagoas (101).

Em termos populacionais, o Resto da UF possui uma população de 19.607.935 milhões de pessoas concentradas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Já em relação ao Semiárido Setentrional, o recorte geográfico possui uma população de 18.009.759 milhões de pessoas distribuídas nos seis estados Nordesteiros.

Esses resultados mostram que a utilização da categoria *Resto da UF*, como *proxy* para o Semiárido Setentrional, uma região localizada no Nordeste, que cobre aqueles municípios que não fazem parte da região metropolitana e apresentam um grau de vulnerabilidade socioeconômica mais elevado. Portanto, mostra-se semelhante ao recorte geográfico do *Resto da UF*, pois o mesmo integra grande parte dos municípios do Semiárido Setentrional em sua área, e os demais municípios apresentam características socioeconômicas semelhantes.

Agora, passa-se para uma caracterização sociodemográfica do Semiárido Setentrional a partir do recorte utilizado no estudo. Nesse momento, será utilizado o Terceiro Trimestre do ano de 2019. São apresentadas as informações sobre a população, domicílio, sexo e raça do Semiárido Setentrional

A Tabela 2 apresenta a distribuição absoluta e relativa da população do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019 segundo o tipo de área.

Tabela 2: Distribuição absoluta e relativa da população do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, Terceiro Trimestre de 2019

Tipo de área	Brasil		Nordeste		Semiárido Setentrional	
	População	Percentual	População	Percentual	População	Percentual
Capital	50.160.910	23,92%	12.524.327	21,99%	-	-
Resto da RM	34.392.177	16,40%	6.787.050	11,91%	-	-
Resto da RIDE	1.755.216	0,84%	358.882	0,63%	-	-
Resto da UF	123.369.609	58,84%	37.296.427	65,47%	19.607.935	100,00%
Total	209.677.912	100,00%	56.966.686	100,00%	19.607.935	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

De acordo com a Tabela 2, no 3º trimestre de 2019, o Brasil tinha uma população estimada de 209.677.912 milhões de pessoas. Dessas, 56,9 milhões eram residentes no Nordeste, o que representa 27,17% de toda a população brasileira, a segunda região mais populosa do país. Em 2010, de acordo com Ojima (2013), a população do Nordeste correspondia a 27,8% da população do Brasil, proporção próxima ao que foi encontrado no 3º Trimestre de 2019. Por fim, o recorte geográfico deste estudo para delimitar o Semiárido Setentrional (tipo de área igual ao Resto da UF), indica, em uma população no 3º trimestre de 2019, de 19.607.935 milhões de pessoas. Esse contingente representa em percentual 34,42% do total da população do Nordeste. Em 2010, o Semiárido Setentrional representava 26,56% do total da população do Nordeste, Segundo Ojima e Fusco (2017). A diferença de 7,86 pontos percentuais pode ter se dado por alguns motivos: os dados de 2010 são retirados do próprio Censo Demográfico e os dados de 2019 são retirados da PNAD Contínua; outro fato é que há diferenças da população no decorrer dos anos, seja por mortes, por migrações, por nascimentos, entre outros; e também o fato de que houve o ingresso de 56 novos municípios no Semiárido Setentrional a partir da Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Sudene), com um total de 1.847.065 milhões de pessoas.

Do ponto de vista da distribuição da população segundo o tipo de área, Resto da UF concentra 58,84% da população do Brasil e 65,47% da população do Nordeste.

O tipo de área, da Capital, foi o segundo maior recorte geográfico que agrupam mais pessoas, no 3º Trimestre de 2019, das áreas estudadas, isso pelo fato de que nesse tipo área está localizada todas as capitais do Brasil (23,92%), do Nordeste (21,99%), se dá pelo fato de que as Capitais recebem um grande número de pessoas em busca de emprego, renda, estudos, empreendimento, qualidade de vida, entre outras coisas que atraem imigrantes de outras regiões em busca de uma vida melhor e acabam residindo e construído suas famílias nas capitais do território nacional, somando aos seus nativos geram uma população residente bastante numerosa.

O Resto da RM (Região Metropolitana, excluindo a capital) refere-se àquelas regiões que estão próximas à Capital que tem um ingresso considerável de pessoas que apesar de não estarem morando na Capital, estão localizadas em regiões que também tem um desenvolvimento político-espacial parecido com a da Capital. Neste caso, o Resto da RM, foi o terceiro maior recorte geográfico que agrupam mais pessoas, no 3º Trimestre de 2019, para 16,40% para o Brasil e 11,91% para o Nordeste. Por fim, o Resto da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, excluindo a capital), foi o tipo de área, com o menor percentual de distribuição da população do Brasil (0,84%), Nordeste (0,63%), isso se dar pelo fato de são regiões administrativas que contemplam vários municípios, mas que ainda tem pouca concentração de pessoas.

A Tabela 3 abaixo, apresenta a distribuição absoluta e em percentual da população das Unidades da Federação do Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL), que fazem parte do Semiárido Setentrional.

Tabela 3: Distribuição absoluta e em percentual da população das Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019

Tipo de área	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas
	População					
Capital	865.270	2.662.833	885.038	809.606	1.646.830	1.020.222
Resto da RM	-	1.308.301	654.551	507.476	2.356.396	244.505
Resto da RIDE	189.745	-	-	-	-	-
Resto da UF	2.218.522	5.164.541	1.971.201	2.681.162	5.504.617	2.067.892
Total	3.273.537	9.135.675	3.510.790	3.998.244	9.507.843	3.332.619
Tipo de área	Percentual					
	Capital	26,43%	29,15%	25,21%	20,25%	17,32%
Resto da RM	-	14,32%	18,64%	12,69%	24,78%	7,34%
Resto da RIDE	5,80%	-	-	-	-	-
Resto da UF	67,77%	56,53%	56,15%	67,06%	57,90%	62,05%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

Na Tabela 3, é possível identificar que das seis Unidades da Federação em que se distribui o Semiárido Setentrional, são os estados do Pernambuco (9,5 milhões) e Ceará (9,1 milhões) os que apresentam maior peso populacional. Como relata Araújo e Lima (2010), em 2010, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará e apresentavam mais de 80% do território do Semiárido Nordestino. Do ponto de vista da classificação da população dessas UF por tipo de área, verifica-se que os percentuais classificados como Semiárido Setentrional variaram de 56,53% no Ceará a 67,77% no Piauí.

O Piauí é o único Estado que possui informações sobre Resto da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, excluindo a capital) e o único que não possui informações sobre Resto da RM (Região Metropolitana, excluindo a capital), de acordo com os dados do 3º Trimestre de 2019 da PNAD Contínua. O Resto da UF é o tipo de área com maior representatividade populacional, de todas as Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, podendo ser explicado pelo fato de que esse recorte geográfico agrupa o maior número de municípios das Unidades Federativas do SS.

A Tabela 4 abaixo, apresenta a distribuição absoluta e em percentual dos domicílios do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019.

Tabela 4: Distribuição absoluta e em percentual do número de domicílios do Brasil, Nordeste e Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019

Tipo de área	Brasil		Nordeste		Semiárido Setentrional	
	Número de Domicílios	Percentual	Número de Domicílios	Percentual	Número de Domicílios	Percentual
Capital	17.864.116	24,63%	4.358.809	23,00%		
Resto da RM	11.958.377	16,49%	2.293.522	12,10%		
Resto da RIDE	567.500	0,78%	107.754	0,57%		
Resto da UF	42.142.841	58,10%	12.187.695	64,32%	6.401.046	100,00%
Total	72.532.834	100,00%	18.947.779	100,00%	6.401.046	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

A Tabela 4, mostra que no território nacional, no Terceiro Trimestre do ano de 2019, havia 72,5 milhões de domicílios sendo distribuídos em maior parte no Resto da UF com 58,10% de representatividade. No Nordeste, a estimativa é de 18,9 milhões de domicílios sendo que 64,32% se concentrava no Resto da UF. Já em relação à classificação utilizada nesta pesquisa, foram considerados 10,8 milhões de domicílios.

A Tabela 5 abaixo, apresenta a distribuição absoluta e em percentual dos domicílios das Unidades da Federação nas quais o Semiárido Setentrional se distribui.

Tabela 5: Distribuição absoluta e em percentual dos domicílios das Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019

Tipo de área	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas
	População					
Capital	271.444	891.635	294.696	269.367	592.202	401.054
Resto da RM	-	425.840	210.109	165.678	804.460	94.351
Resto da RIDE	58.035	-	-	-	-	-
Resto da UF	705.203	1.665.887	634.185	893.504	1.858.050	644.217
Total	1.034.681	2.983.362	1.138.990	1.328.549	3.254.712	1.139.622
Tipo de área	Percentual					
	Capital	26,23%	29,89%	25,87%	20,28%	18,20%
Resto da RM	-	14,27%	18,45%	12,47%	24,72%	8,28%

Resto da RIDE	5,61%	-	-	-	-	-
Resto da UF	68,16%	55,84%	55,68%	67,25%	57,09%	56,53%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

A Tabela 5, apresenta resultados análogos aos resultados da Tabela 3, em relação à forma de distribuição dos domicílios para as seis Unidades da Federação, em que a maior quantidade de domicílios do Semiárido Setentrional está localizada no Estado do Pernambuco (3.254.712), seguido do Ceará (2.983.362), sendo que Paraíba (1.328.549), Alagoas (1.139.622), Rio Grande do Norte (1.138.990) e Piauí (1.034.681). O Resto da UF continua sendo o tipo de área com maior concentração de domicílios em todas as Unidades Federativas do Semiárido Setentrional, e também o tipo de área que agrupa o maior número de municípios.

4.2. A população do Semiárido Setentrional

Nesta seção será feita uma breve caracterização do Semiárido Setentrional. Para tanto, será utilizado o Terceiro Trimestre do ano de 2019, segundo os dados da PNAD Contínua. São apresentadas as informações sobre a população, domicílio, sexo e raça do Semiárido Setentrional

A Tabela 6 apresenta a distribuição absoluta e em percentual por Sexo da População do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019.

Tabela 6: Distribuição absoluta e relativa da população segundo sexo. Semiárido Setentrional, 3º Trimestre de 2019.

Semiárido Setentrional (Resto da UF)		
Sexo (V2007)	2019	
	Frequência	%
Homem	9.597.153	48,95%
Mulher	10.010.782	51,05%
Total	19.607.935	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

Na Tabela 6, está a distribuição por sexo da população do Semiárido Setentrional. Assim como no restante do país, as mulheres representam pouco mais que a metade da população (51,05%).

A Tabela 7 apresenta a distribuição absoluta e relativa segundo a raça/cor da população do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019. É possível perceber que no SS, a maioria da população é composta por pessoas da cor/raça parda (66,37%). Como população negra, que é total de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, tem-se 71,39% da população do SS, superior à média nacional. Sabe-se que as situações no mercado de trabalho

são diferenciadas por grupos raciais, que podem experimentar desigualdades de acesso a contratações, formalização, cargos elevados e remuneração.

Tabela 7: Distribuição absoluta e relativa da população segundo raça/cor. Semiárido Setentrional, 3º Trimestre de 2019.

Raça/cor (V2010)	Semiárido Setentrional (Resto da UF)	
	Frequência	%
Branca	5.482.045	27,96%
Preta	983.641	5,02%
Amarela	58.718	0,30%
Parda	13.014.139	66,37%
Indígena	69.392	0,35%
Total	19.607.935	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019.

4.3. O mercado de trabalho antes e durante a pandemia

A Tabela 8 apresenta a distribuição absoluta e relativa da população com 14 anos ou mais segundo a condição na força de trabalho na semana de referência, no Semiárido Setentrional, no Terceiro Trimestre dos anos de 2019, 2020 e 2021. A população é classificada entre pessoas dentro da força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho, imediatamente antes da pandemia, em 2019 e nos anos seguintes, durante a pandemia. Cabe ressaltar que a região, assim como restante do país, em 2019, ainda estava enfrentando os impactos da crise de 2015 na economia, a Crise política que se arrasta desde 2016 com o Impeachment da Dilma, bem como a implementação da Reforma Trabalhista de 2017, que vai ter grande impacto negativo sobre o mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2019, 49,02%, quase a metade da população do SS, estava fora da força de trabalho, mesmo antes de a pandemia chegar ao Brasil. Apesar disso, havia mais pessoas dentro da força de trabalho do que fora. Portanto, fica evidente que com a pandemia, houve uma expulsão de 1,1 milhão de trabalhadores da força de trabalho.

No período posterior, o 3º trimestre de 2020, momento em que a pandemia já havia passado pela primeira grande onda de infecção e óbitos, a situação econômica já havia se agravado. A população ainda não havia sido vacinada e ocorre o surgimento de novas variantes. Consequentemente, o mercado de trabalho foi atingido. No primeiro ano da pandemia, o quadro se inverte e o que se observa é que há mais pessoas fora da força de trabalho do que dentro. A população de 14 anos ou mais fora da força de trabalho representou 56,07%.

Tabela 8: Distribuição absoluta e relativa da população de 14 anos ou mais de idade segundo a condição na força de trabalho na semana de referência. Semiárido Setentrional– 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Condição em relação à força de trabalho na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4001)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Pessoas na força de trabalho	7.827.042	50,98%	6.776.655	43,93%	7.540.095	48,32%
Pessoas fora da força de trabalho	7.527.618	49,02%	8.649.962	56,07%	8.063.088	51,68%
Total	15.354.660	100,00%	15.426.617	100,00%	15.603.183	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Por fim, no 3º trimestre de 2021, apesar da redução do número de novas infecções e óbitos, o quadro econômico segue se deteriorando. O percentual de pessoas fora da força de trabalho segue sendo a maioria, com o percentual de 51,07%. O resultado, porém, foi melhor do que no 3º trimestre do ano anterior.

A Tabela 9 apresenta o percentual da condição em relação à força de trabalho na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, das Unidades da Federação do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021. Dentro do SS, os municípios que pertencem ao estado de Alagoas se destacam com o maior percentual de pessoas que não trabalhavam e não procuraram emprego no 3º trimestre de 2019 e 2020, seguidos dos municípios da Paraíba, isso também tem relação com as diferenças intrarregionais desses estados e suas economias. O pior cenário analisado foi no 3º de 2020. Verifica-se que todas as microrregiões dentro do SS analisadas foram afetadas pela pandemia em relação à participação na força de trabalho. Como colocam Aquino e Nascimento (2020), de alguma forma, esse cenário de grande parcela da população em idade ativa fora do mercado de trabalho foi contrabalançada no curto prazo pelas políticas de seguro desemprego, e transferências de renda, especialmente o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Chama atenção também que nos 3 momentos analisados, o PI apresentou o menor percentual de pessoas fora da força de trabalho, podendo ser justificado pelo fato de que o Governo do Piauí investiu em obras gerando emprego e renda, como por exemplo, o Piauí Conectado investiu 36 milhões na ampliação da infraestrutura de fibra óptica no Piauí.

Tabela 9: Taxa de participação na força de trabalho da população de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional– 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Pessoas fora da força de trabalho	2019	2020	2021
Alagoas	58,32%	62,76%	54,75%
Paraíba	49,70%	51,59%	54,00%
Rio Grande do Norte	48,90%	56,54%	52,34%
Ceará	48,45%	57,19%	53,32%
Pernambuco	48,32%	56,71%	48,95%
Piauí	42,94%	50,86%	48,36%
Total	49,02%	56,07%	51,68%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 10 apresenta a distribuição absoluta e relativa da população do SS segundo a condição de ocupação na semana de referência. O percentual de pessoas desocupadas no 3º tri. de 2019 foi de 12,44%, considerando que essas pessoas estavam sem trabalho em ocupação, mas que tomaram alguma medida efetiva para consegui-lo e estavam disponíveis para assumi-lo. Contudo, no 3º tri. de 2020 houve um aumento no percentual de pessoas desocupadas na região, que passou para 15,43%, refletindo os impactos da pandemia no mercado de trabalho e na economia da região. As condições do mercado de trabalho local influem na severidade das perdas de emprego e salário causadas pela crise gerada pela pandemia da Covid-19 (BANCO MUNDIAL, 2021).

Já em relação ao 3º tri. de 2021 houve uma redução do percentual de pessoas desocupadas (14,5%) comparado ao 3º tri. de 2020, mas ainda continua alto em relação ao mesmo período do ano de 2019, considerando que já era um número alto de pessoas desocupadas.

Tabela 10: Distribuição absoluta e relativa da condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4002)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Pessoas ocupadas	6.853.653	87,56%	5.731.208	84,57%	6.441.276	85,43%
Pessoas desocupadas	973.389	12,44%	1.045.447	15,43%	1.098.819	14,57%
Total	7.827.042	100,00%	6.776.655	100,00%	7.540.095	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 11 apresenta a taxa de desocupação, agora considerando o recorte cada Unidade da Federação. Nota-se que os municípios localizados nos estados de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte lideram com as maiores taxas, chegando a patamares superiores a 18% durante o primeiro ano da pandemia.

Tabela 11: Taxa de desocupação para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Pessoas desocupadas	2019	2020	2021
Alagoas	17,06%	17,42%	15,76%
Pernambuco	13,79%	18,32%	18,47%
Rio Grande do Norte	12,87%	18,57%	13,92%
Piauí	12,06%	12,10%	11,26%
Ceará	10,69%	11,26%	12,23%
Paraíba	10,23%	16,79%	13,04%
Total	12,44%	15,43%	14,57%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 12 apresenta a taxa de desocupação no SS entre homens e mulheres. O que se percebe é que há um aumento da taxa de desocupação para homens e mulheres, mas o aumento do desemprego com a chegada da pandemia é maior para as mulheres. Além disso, ocorreu um aumento da distância entre as taxas de desocupação entre os gêneros. No 3º trimestre de 2021, a taxa das mulheres chegou ao patamar de 18,5%. Isso indica que entre as mulheres participantes da força de trabalho, praticamente 1 a cada 5 mulheres do SS em 2021 estavam desocupadas. As mulheres são as mais penalizadas pelas atividades domésticas e de cuidados, sendo responsáveis pela conciliação entre o trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Com a chegada da pandemia, esse foi um grupo muito atingido, pois o fechamento das escolas passou a demandar mais horas de cuidados dentro de casa. Além disso, também surgiram novas demandas por cuidados de familiares, sobretudo os idosos, que também recaiu sobre as mulheres.

Apesar do destaque para a ampla participação das mulheres no que se convencionou chamar de linha de frente do combate à Covid-19 nos serviços de saúde, muitas mulheres se viram obrigadas a sair do mercado de trabalho para cuidar da sua família. Além das dificuldades já listadas, durante a pandemia as mulheres foram mais vítimas de violência doméstica, que se intensificou com o isolamento.

Tabela 12: Distribuição da taxa de desocupação por sexo. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
Sexo	Taxa de desocupação		
	2019	2020	2021
Mulher	14,08%	16,89%	18,49%
Homem	11,32%	14,52%	12,05%
Total	12,44%	15,43%	14,57%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 13 apresenta a taxa de desocupação segundo a raça no Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021. A Tabela 13 mostra que houve um acréscimo da taxa de desocupação para as pessoas pretas, pardas, amarelas, brancas e indígenas, mas o aumento do desemprego com a chegada da pandemia é maior para as pessoas pretas e amarelas, já em relação as pessoas da raça/cor indígena houve um decréscimo razoável no 3º trimestre de 2021. Como também, ocorreu um aumento da distância entre as taxas de desocupação entre as raças. No 3º trimestre de 2020, a taxa das pessoas amarelas chegou ao patamar de 22,6% e a das pessoas pretas chegou a 18,67%. Isso indica que entre as pessoas pretas participantes da força de trabalho, praticamente 1 a cada 5 pessoas da raça/cor preta do SS em 2020 estavam desocupadas, o mesmo acontece para os indígenas.

Tabela 13: Taxa de desocupação por raça/cor. Semiárido Setentrional. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
Raça	Taxa de desocupação		
	2019	2020	2021
Preta	13,75%	18,67%	15,40%
Parda	12,94%	16,01%	14,47%
Branca	11,00%	13,21%	14,74%
Total	12,44%	15,43%	14,57%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Nota: Não foram considerados os grupos populacionais autodeclarados indígenas ou amarelos por efeito do tamanho amostral para desagregação no SS.

Com a chegada da pandemia, fazem-se ainda mais necessários a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que quebrem esta barreira racial. Um exemplo já bem relatado na literatura, capaz de diminuir diferenciais entre grupos raciais, é a Lei de Cotas, dando oportunidade a população preta e parda de baixa renda de terem acesso à educação superior.

A Tabela 14 apresenta a distribuição absoluta e relativa da força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade, para o Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 14: Distribuição absoluta e relativa da força de trabalho segundo potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4003)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Pessoas fora da força de trabalho e na força de trabalho potencial	1.627.606	21,62%	2.234.926	25,84%	1.737.973	21,55%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	5.900.012	78,38%	6.415.036	74,16%	6.325.115	78,45%
Total	7.527.618	100,00%	8.649.962	100,00%	8.063.088	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 14 se refere a força de trabalho potencial do SS, e chama a atenção o percentual de pessoas que estão fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial que foi de 78,38%, 74,16% e 78,45% para o 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021 respectivamente, considerando que é mais da metade da população analisada que não estavam trabalhando, nem procuravam emprego e não possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho, uma situação crítica para o mercado de trabalho, para o crescimento econômico e social da população do SS, além de que isso impacta diretamente na qualidade de vida das famílias, as cestas de alimentos ficam reduzidas, diminuem o acesso a alimentos variados.

A Tabela 15 apresenta a distribuição do percentual da força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade, para as UF's do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 15: Percentual de pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	2019	2020	2021
Pernambuco	81,46%	79,21%	84,87%
Paraíba	80,30%	76,58%	77,74%
Ceará	79,27%	73,96%	78,86%
Rio Grande do Norte	77,50%	72,88%	79,78%
Alagoas	73,07%	66,55%	72,04%
Piauí	72,17%	67,44%	67,40%
Total	78,38%	74,16%	78,45%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Na distribuição de pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial por UF do SS, o Pernambuco se destacou novamente com o alto percentual nesta categoria nos

três períodos estudados, mas o maior é do 3º Trimestre de 2021, o momento em que a pandemia estava no momento de redução de acometidos e de mortes, e segundo Trovão e Araújo (2019) o Pernambuco já havia iniciado a perda de postos de trabalho no setor de indústria desde 2014, considerando que a indústria é um dos principais setores que mais empregam os nordestinos. A Paraíba é outro estado a apresentar altos percentuais de pessoas que não estavam trabalhando, nem procuravam emprego e não possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho, no 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021.

No entanto, o Piauí apresentou os menores percentuais de pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial no 3º Trimestre de 2019 e 2021, 72,17% e 67,40%, respectivamente. Isso pode ser indicativo de efeito das políticas implantadas, pois o Piauí em janeiro de 2022 inaugurou obras e acompanha serviços executados com recursos do Governo do Estado e anuncia novos investimentos do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, PRO Piauí, para cinco municípios do Estado. Já Alagoas (66,55%) apresentou o menor percentual nessa categoria no 3º Trimestre de 2020, em 2020 o governo do Alagoas investiu R\$ 45 milhões em obras de mobilidade urbana nas grotas de Maceió.

A categoria de pessoas subocupadas do Semiárido Setentrional, para o 3º Trimestre de 2019 superior um milhão de pessoas, teve uma queda no mesmo período de 2020 e voltou a crescer no 3º Trimestre de 2021, essa oscilação se deu pelo fato de que no período analisado de 2019 o vírus da COVID-19 ainda não tinha sido descoberto, e nos próximos períodos são os momentos mais intensos da crise. Considerando que essas pessoas estavam sem trabalho e tinham interesse em entrar no mercado de trabalho, transparece que estejam vivenciando as cicatrizes deixadas pela crise que o Nordeste já vinha sofrendo desde 2015 e se intensificou com a Pandemia da COVID-19, e estes custos significativos são vistos no curto e no longo prazo.

A Tabela 16 apresenta a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por UF do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 16: Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Taxa combinada da desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	2019	2020	2021
Piauí	35,96%	36,05%	33,95%
Rio Grande do Norte	26,04%	29,41%	26,96%

Alagoas	24,92%	28,55%	26,54%
Ceará	24,39%	22,84%	25,56%
Pernambuco	23,30%	26,90%	28,61%
Paraíba	22,74%	28,47%	27,03%
Total	25,53%	27,64%	27,90%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Na análise da taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas por UF, nota-se que o Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas, apresentaram os maiores percentuais no 3º Trimestre de 2019. Porém Piauí liderou os maiores percentuais de pessoas ocupadas com uma jornada de menos de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior somadas às pessoas desocupadas.

No 3º Trimestre de 2021 Piauí e Pernambuco foram os que apresentaram os maiores percentuais da taxa combinada de desocupação e subocupação, isso se deu também pelo enfraquecimento das políticas públicas nesses estados. Diante disso, segundo o relatório do Banco Mundial (2021), os períodos mais longos de desemprego têm impactos negativos sobre os salários dessas pessoas.

Já em relação a menor taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, o estado da Paraíba (22,74%) apresentou no 3º Trimestre de 2019, a menor taxa as obras construídas contribuíram para essa taxa reduzida, como foi o caso da realização das obras de esgotamento sanitário em municípios do Sertão da Paraíba pelo governo. E o estado do Ceará (22,84%, 25,56%) apresentou as menores taxas combinadas de desocupação e subocupação para os 3º Trimestres de 2020 e 2021 respectivamente, mas observa que houve uma elevação no 3º Trimestre de 2021 em relação ao período anterior, é justificada pelas obras na infraestrutura no estado, como foi o caso do Parque Urbano Dom Aloísio Lorscheider, no bairro Itaperi, que já está com 70% da implantação, o qual visa proporcionar a população mais segurança, lazer e desenvolvimento socioeconômico dos bairros próximos, esse é um dos diversos espaços em Fortaleza que estão passando por obras de requalificação promovidas pelo Governo do Ceará.

Esses dados mostram como as políticas públicas direcionadas tem efeitos positivos na geração de emprego e renda, e melhoram a qualidade de vida das pessoas. Por exemplo, na Paraíba em 2019, ocorreu a liberação de R\$ 5,7 milhões para obra do canal Acauã-Araçagi na Paraíba financiado pelo Governo federal, no qual, o canal faz parte do projeto de transposição do Rio São Francisco na Paraíba, e visa ampliar o alcance das águas do eixo leste.

Como também o estado do Ceará foi contemplado em 2020 com a construção de viadutos abandonados na BR-222/CE, localizados no município de Tianguá (CE), e em 2021,

foi inaugurada em Juazeiro do Norte, o Arena Romeirão que é o estádio mais moderno no interior do Brasil, entre outras obras.

A Tabela 17 abaixo, apresenta a distribuição do percentual de desalentados na população fora da força de trabalho, por UF do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

O percentual de desalentados na população fora da força de trabalho por UF do SS, se destaca de forma negativa para o Alagoas (24,57%, 28,31% e 24,09%) e o Pernambuco (18,13%, 18,44% e 23,56%) com os altos percentuais no 3º trimestre de 2019, 2020 e 2021 respectivamente. Na verdade, todas as Unidades da Federação do SS apresentaram elevadas proporções de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Já em relação aos menores percentuais nos três momentos analisados, a PE apresentou o menor percentual de desalentados na população fora da força de trabalho, o estado em 2020, concluiu a 2ª etapa da Adutora do Pajeú, beneficiando 98,5 mil pessoas, além de que foi o estado que teve o maior número de residências entregues entre os anos de 2019 e 2021, com 42,4 mil habitações entregues.

"Isso envolve a criação de pacotes de políticas capazes de amortecer os impactos de curto prazo das crises, evitar perdas duradouras de capital humano e facilitar a redistribuição dos trabalhadores com apoio à requalificação e reemprego" (BANCO MUNDIAL, 2021, p.21).

Tabela 17: Percentual de desalentados na população fora da força de trabalho. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Percentual de desalentados na população fora da força de trabalho	2019	2020	2021
Alagoas	24,57%	28,31%	24,09%
Piauí	18,13%	18,44%	23,56%
Rio Grande do Norte	18,12%	19,42%	15,20%
Ceará	15,78%	16,15%	14,22%
Paraíba	15,66%	15,97%	16,42%
Pernambuco	14,47%	13,82%	10,82%
Total	16,95%	17,42%	15,79%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 18 apresenta a distribuição absoluta e relativa de pessoas desalentadas na semana de referência, do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 18: Distribuição absoluta e relativa de pessoas desalentadas na semana de referência. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
Pessoas desalentadas na semana de referência (VD4005)	2019	2020	2021
	Frequência	Frequência	Frequência
Pessoas desalentadas	1.275.747	1.506.778	1.272.899

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

No 3º trimestre de 2019, 2020 e 2021 houve uma frequência alta de pessoas desalentadas que foram de 1.275.747, 1.506.778 e 1.272.899 respectivamente. Chama atenção para o período de 2020, que mais de um milhão e meio de pessoas tinham vontade de trabalhar, mas desistiu de ir à procura de emprego por achar que não encontraria, isso se deu pelo fato de que o país estava um caos em todos os setores, sobretudo na economia e no mercado de trabalho, pois por conta da pandemia as pessoas não estavam saindo de casa, só em situação de urgência, então muitos comércios que dependiam dessas pessoas para manter seus negócios, fecharam as portas, uns temporariamente e outros definitivamente, gerando um número alto de desemprego em toda a região, principalmente naquelas regiões mais vulneráveis.

Outro fato que choca é que estes números são elevados nos três períodos analisados, sendo assim, aquelas pessoas que estavam recebendo o seguro desemprego, auxílio emergencial, entre outros benefícios, provavelmente pararam de receber em algum momento neste período e ficaram totalmente desamparadas e mais vulneráveis, considerando que mesmo com tantos avanços por políticas públicas que a região do SS já teve, ainda continua precisando de um olhar político social por parte do Governo, um exemplo é a valorização dos salários. "A retração das atividades econômicas, devido ao fechamento total ou parcial dos empreendimentos, resultará na queda da demanda por mão-de-obra, mantendo e aprofundando a precarização do mercado de trabalho local (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p.05)".

A Tabela 19 abaixo, apresenta a distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021. O primeiro destaque é para a queda do número total de pessoas ocupadas, como outras tabelas já indicaram. De 2019 para 2020, com a pandemia, os ocupados passaram de 6,8 milhões para 5,7 milhões. Entre os que estavam ocupados, um terço era trabalhador por conta própria, sendo que essa categoria ganha contingente relativo de trabalhadores com a pandemia (29,8% em 2019, 30,20% em 2020 e 32,24% em 2021).

Tabela 19: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4007)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Empregado (inclusive trabalhador doméstico)	4.275.591	62,38%	3.570.796	62,30%	3.941.405	61,19%
Empregador	240.541	3,51%	199.750	3,49%	183.910	2,86%
Conta própria	2.046.151	29,85%	1.731.015	30,20%	2.076.740	32,24%
Trabalhador familiar auxiliar	291.371	4,25%	229.647	4,01%	239.220	3,71%
Total	6.853.653	100,00%	5.731.208	100,00%	6.441.276	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Na Tabela 19, chama também a atenção para as duas grandes posições de ocupação no trabalho principal, no qual a população está inserida, a primeira é a categoria Empregado (inclusive trabalhador doméstico), ultrapassando mais de 60% dos trabalhadores do SS, e a segunda é a categoria Conta própria (29,45%, 30,20% e 32,24%) com um percentual que aumentou em cada 3º trimestre de cada ano respectivamente, sendo que os trabalhadores que trabalham por conta própria são aqueles que estão na informalidade, buscam seu sustento por conta própria chegando a 32,24% no 3º trimestre de 2021, ou seja, no SS a informalidade está se elevando com o passar dos anos. Esses indicadores confirmam o cenário incerto da economia, mesmo com a reabertura de comércios e serviços. Essa tendência poderá ser pior do que os indicadores verificados em 2015-16 (AQUINO E NASCIMENTO, 2020).

A Tabela 20 apresenta o percentual de ocupados que estavam na categoria de “conta própria” no trabalho principal na semana de referência, por UF do Semiárido Setentrional.

Tabela 20: Percentual de ocupados na categoria “conta própria” no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Conta própria	2019	2020	2021
Paraíba	32,81%	35,12%	32,16%
Piauí	31,13%	34,94%	36,30%
Ceará	30,95%	27,35%	31,51%
Rio Grande do Norte	30,41%	29,73%	29,61%
Pernambuco	28,17%	30,34%	34,37%
Alagoas	24,07%	23,43%	25,51%
Total	29,85%	30,20%	32,24%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

O maior percentual de pessoas que trabalharam por conta própria foi observado nos estados da Paraíba (32,81% e 35,12%) e do Piauí (31,13% e 34,94%) no 3º trimestre de 2019 e

2020. No 3º trimestre de 2021, os estados do Piauí (36,30%) e do Pernambuco (34,27%) apresentaram os maiores percentuais de trabalhadores que trabalho com o seu próprio empreendimento, seja sozinho ou com sócio, e não possuem empregados, mas podem contar com o trabalho familiar, segundo o IBGE, são aqueles trabalhadores informais que não tem nenhuma proteção trabalhista. "O alto grau de vulnerabilidade e precarização do mercado de trabalho prevacente no Nordeste indica, assim, que a política de proteção social precisa ser mantida e fortalecida para evitar uma crise social de largas proporções na região (AQUINO E NASCIMENTO, 2020, p. 09)".

Já em relação aos menores percentuais de pessoas que trabalharam por conta própria, o estado de Alagoas foi o estado que obteve os menores índices nos três períodos analisados, sendo o menor no terceiro trimestre de 2020, o Alagoas foi contemplado com a obra do Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano (AL), o Trecho é uma das obras hídricas do Governo Federal que visa levar água para essa região, entre os anos de 2019 e 2021.

A Tabela 21 apresenta a distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (com subcategorias de empregados), do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 21: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (com subcategorias de empregados). Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (com subcategorias de empregados) (VD4008)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Empregado no setor privado	2.707.948	39,51%	2.238.017	39,05%	2.556.947	39,70%
Trabalhador doméstico	448.701	6,55%	301.872	5,27%	361.728	5,62%
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	1.118.942	16,33%	1.030.906	17,99%	1.022.730	15,88%
Empregador	240.541	3,51%	199.750	3,49%	183.910	2,86%
Conta-própria	2.046.151	29,85%	1.731.015	30,20%	2.076.740	32,24%
Trabalhador familiar auxiliar	291.371	4,25%	229.647	4,01%	239.220	3,71%
Total	6.853.653	100,00%	5.731.208	100,00%	6.441.276	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 21 segue como uma continuidade da Tabela 20, só que nessa variável a categoria "empregado (inclusive trabalhador doméstico)" foi subdividida em outras 3 e manteve

as categorias de empregador, conta própria e Trabalhador familiar auxiliar. O Empregado no setor privado foi a posição na ocupação no trabalho principal com o maior percentual de pessoas, nos três períodos analisados, apresentando um decréscimo no 3º trimestre de 2020.

Diante disso, comparado ao mesmo período de 2019, e em 2021, esse percentual de pessoas voltou a crescer atingindo o máximo de 39,70%, o maior percentual registrado nesta seção, o percentual de pessoas que trabalham por conta própria é o segundo maior, em todos os períodos. "Entre os trabalhadores formais, aqueles com rendimentos mais baixos têm maior probabilidade de perder o emprego do que os que têm rendimentos mais altos (BANCO MUNDIAL, 2021, p. 68)".

A Tabela 22 apresenta a distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 22 apresenta 10 categorias da posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal, sendo essa Tabela é sequência da Tabela 21 anterior em que a categoria "empregado (inclusive trabalhador doméstico)" foi subdividida em outras 7 e manteve as categorias de empregador, conta própria e Trabalhador familiar auxiliar.

Tabela 22: Distribuição absoluta e relativa de posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4009)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	1.245.046	18,17%	1.126.243	19,65%	1.193.792	18,53%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	1.462.902	21,34%	1.111.775	19,40%	1.363.155	21,16%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	46.281	0,68%	28.974	0,51%	31.347	0,49%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	402.420	5,87%	272.898	4,76%	330.381	5,13%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	60.649	0,88%	55.520	0,97%	73.097	1,13%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	413.057	6,03%	338.157	5,90%	334.388	5,19%
Militar e servidor estatutário	645.235	9,41%	637.230	11,12%	615.245	9,55%
Empregador	240.541	3,51%	199.750	3,49%	183.910	2,86%

Conta-própria	2.046.151	29,85%	1.731.015	30,20%	2.076.740	32,24%
Trabalhador familiar auxiliar	291.371	4,25%	229.647	4,01%	239.220	3,71%
Total	6.853.653	100,00%	5.731.208	100,00%	6.441.276	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

O trabalhador que está mais vulnerável, na Tabela 22, pelo grau de informalidade é o empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (21,34%, 19,40% e 21,16%), trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada (5,87%, 4,76% e 5,13%) e Conta própria (29,45%, 30,20% e 32,24%) no 3º Trimestre de 2019, 2020 e 2021 respectivamente, em que as duas categorias de trabalhadores sem carteiras assinadas apresentam percentuais maiores no período de 2019 e dar um leve decréscimo nos outros períodos dos anos posteriores, já a de conta própria é crescente o percentual de pessoas nessa posição ao avançar os períodos. Contudo, trabalhar na informalidade nem sempre quer dizer que seja um trabalho inferior ao formal, mas a informalidade não traz a segurança para o trabalhador como um trabalho formal traz, sobretudo em tempos de crise.

A Tabela 23 apresenta o percentual de posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por UF do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 23: Percentual de ocupação e categoria do emprego nas categorias “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada” e “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2019	2020	2021
Ceará	23,35%	24,95%	25,22%
Pernambuco	22,29%	18,13%	20,19%
Piauí	21,27%	20,20%	18,30%
Alagoas	20,98%	18,96%	20,97%
Rio Grande do Norte	18,67%	15,23%	18,99%
Paraíba	17,81%	15,71%	19,69%
Total	21,34%	19,40%	21,16%
% Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2019	2020	2021
Ceará	6,88%	5,87%	5,88%
Piauí	6,46%	4,71%	4,81%
Rio Grande do Norte	6,07%	5,50%	5,30%
Paraíba	5,82%	4,63%	6,31%
Alagoas	4,93%	4,78%	4,08%
Pernambuco	4,85%	3,72%	4,31%
Total	5,87%	4,76%	5,13%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 23 mostra o percentual por UF do SS das duas categorias, empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada e trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada. Diante disso, o maior percentual obtido na categoria empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, foi nos estados do Ceará que foi de (23,35%, 24,95%, 25,22%) no 3º trimestre de 2019, 2020, e 2021. Os menores percentuais nessa categoria foram nos estados da Paraíba (17,81%) no 3º trimestre de 2019, do Rio Grande do Norte (15,71%) 3º trimestre de 2020, e Piauí (18,30%) 3º trimestre de 2021.

Já na categoria trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, o maior percentual também foi o Ceará com 6,88% e 5,87%, para o 3º trimestre de 2019 e 2020, respectivamente, e para o 3º trimestre de 2021, o maior percentual foi no estado da Paraíba com 6,31%. O menor percentual nessa categoria no 3º trimestre de 2019 e 2020, foi do estado do Pernambuco com os percentuais de 4,85% e 3,72% respectivamente, e 3º trimestre de 2021, Alagoas (4,08%) obteve o menor percentual na categoria trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.

"Na região da ALC, onde o trabalho é sobretudo informal autônomo (23%) ou assalariado informal dependente (35%), a redução de postos de trabalho no setor formal pode levar mais trabalhadores para o setor informal (BANCO MUNDIAL, 2021, p.55)".

A Tabela 24 apresenta a distribuição absoluta e relativa de grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Dentre os Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal, as que mais se destacam com grandes percentuais de pessoas inseridas nestas categorias, são: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, seguido das outras categorias, mas essas apresentaram os maiores percentuais de pessoas. Sendo assim, as mesmas não especificam se são de com carteira assinadas ou não, mas vale ressaltar que são profissões voláteis, que dependem de outros fatores para se manterem, por exemplo, a agricultura necessita da chuva, a pesca é interrompida durante o período reprodutivo dos peixes, e o comércio depende da demanda dos compradores, entre outros fatores.

Contudo, há uma fragilidade nessas atividades, como observa as oscilações que a categoria do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (21%, 20,32% e 19,74%) sofreu entre 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2021, houve uma diferença de 1,25 pontos percentuais de 2019 a 2021. "Muitos estudos macroeconômicos sobre crises analisam

momento os impactos de curto prazo, como os desvios negativos no emprego e/ou salários reais no curto prazo (concomitantes ou no ano seguinte) (BANCO MUNDIAL, 2021, p. 69)".

Tabela 24: Distribuição absoluta e relativa de grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4010)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.233.962	18,00%	1.060.633	18,51%	1.281.456	19,91%
Indústria geral	685.519	10,00%	611.939	10,68%	668.647	10,39%
Construção	486.813	7,10%	459.157	8,01%	554.175	8,61%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.439.027	21,00%	1.164.650	20,32%	1.270.905	19,74%
Transporte, armazenagem e correio	276.316	4,03%	175.803	3,07%	213.040	3,31%
Alojamento e alimentação	374.529	5,46%	268.394	4,68%	319.009	4,96%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	322.924	4,71%	274.986	4,80%	319.418	4,96%
Administração pública, defesa e seguridade social	440.670	6,43%	404.435	7,06%	411.153	6,39%
Educação, saúde humana e serviços sociais	842.757	12,30%	753.652	13,15%	755.663	11,74%
Outros Serviços	297.094	4,33%	252.180	4,40%	271.818	4,22%
Serviços domésticos	454.044	6,62%	305.378	5,33%	371.770	5,78%
Total	6.853.653	100,00%	5.731.208	100,00%	6.437.053	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 25 apresenta o percentual de grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por UF do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 25: Percentual de atividade principal do empreendimento nas categorias “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” e “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2019	2020	2021
Piauí	25,63%	23,60%	26,67%
Alagoas	20,12%	19,83%	22,28%
Ceará	19,48%	19,77%	19,23%
Rio Grande do Norte	15,47%	13,74%	16,25%
Pernambuco	15,37%	18,38%	18,16%

Paraíba	14,11%	14,27%	19,73%
Total	18,00%	18,51%	19,91%
% Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2019	2020	2021
Pernambuco	21,75%	21,27%	20,11%
Alagoas	21,63%	21,53%	21,59%
Paraíba	21,57%	20,63%	17,79%
Ceará	20,80%	20,19%	20,87%
Rio Grande do Norte	20,53%	18,82%	18,58%
Piauí	19,11%	18,64%	18,16%
Total	21,00%	20,32%	19,74%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Na distribuição por UF do agrupamento das atividades pelo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. O maior percentual foi da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura para o estado do Piauí com 25,63%, 23,60% e 26,67% no 3º trimestre de 2019, 2020 e 2021 respectivamente. Os menores percentuais nessa categoria foram nos estados da Paraíba (17,81% e 14,27%) no 3º trimestre de 2019 e 2020, e do Rio Grande do Norte (16,25%) no 3º trimestre de 2021.

Já na categoria comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, o maior percentual, no 3º trimestre de 2019, foi no estado de Pernambuco com 21,75%, e o estado de Alagoas com 21,53%, 21,59% no 3º trimestre de 2020 e 2021, respectivamente. Os menores percentuais nessa categoria foram nos estados do Piauí (19,11% e 18,64%) no 3º trimestre de 2019 e 2020, e da Paraíba (17,79%) no 3º trimestre de 2021 na categoria comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Considerando, que o Nordeste é uma região em que a exportação e a indústria têm movimentado a economia e o mercado de trabalho local, mas em tempos de crise há impactos com a perda de postos de trabalho.

A Tabela 26 apresenta a distribuição absoluta e relativa do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade, do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

No tipo de remuneração, remuneração em benefícios ou sem remuneração em todos os trabalhos, estava com 4,27%, no 3º trimestre de 2019, caiu para 4,05% no mesmo período de 2020 e continuou a queda em 2021, que foi de 3,86%. Considerando, a desvalorização do salário nesses últimos anos e os aumentos dos preços dos alimentos, é necessário compreender que mesmo que os trabalhadores estejam empregados, que dizer que ele recebe um salário justo para a função que exerce. " Ademais, mesmo entre os trabalhadores formalmente empregados com contratos de trabalho “padrão”, a cobertura efetiva é decepcionantemente baixa" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 121)".

Tabela 26: Distribuição absoluta e relativa do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)						
Tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (VD4018)	2019		2020		2021	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Remuneração em dinheiro, produtos ou mercadorias em pelo menos um dos trabalhos	6.560.719	95,73%	5.499.056	95,95%	6.192.546	96,14%
Remuneração em benefícios ou sem remuneração em todos os trabalhos	292.934	4,27%	232.152	4,05%	248.730	3,86%
Total	6.853.653	100,00%	5.731.208	100,00%	6.441.276	100,00%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

A Tabela 27 abaixo, apresenta a distribuição relativa do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por UF do Semiárido Setentrional, para o Terceiro Trimestre do ano de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 27: Percentual do tipo de remuneração habitualmente recebida em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Unidades da Federação do Semiárido Setentrional – 3º Trimestre de. 2019, 2020 e 2021

Semiárido Setentrional (Resto da UF)			
% Remuneração em benefícios ou sem remuneração em todos os trabalhos	2019	2020	2021
Piauí	9,55%	8,59%	7,94%
Ceará	4,48%	4,59%	4,10%
Paraíba	3,73%	2,60%	2,82%
Alagoas	3,22%	4,87%	3,82%
Rio Grande do Norte	2,95%	1,95%	2,22%
Pernambuco	2,72%	2,58%	2,94%
Total	4,27%	4,05%	3,86%

Fonte: PNAD Contínua, 2019, 2020 e 2021.

Na distribuição por UF, da remuneração em benefícios ou sem remuneração em todos os trabalhos, foi maior para o estado do Piauí (9,55%, 8,59% e 7,94%) atingindo o maior percentual com diferença grande em relação aos outros estados, no terceiro trimestre de 2019, 2020 e 2021 respectivamente. Os menores percentuais nessa categoria foram nos estados do Pernambuco (2,95%) no 3º trimestre de 2019, e da Paraíba (1,95% e 2,22%) no 3º trimestre de 2020 e 2021 na categoria remuneração em benefícios ou sem remuneração em todos os trabalhos.

Diante disso, ter um salário acessível e de qualidade, melhora a qualidade de vida do empregado e da sua família, mas quando ele se depara com um trabalho onde não tem um incentivo de uma remuneração justa, a tendência é que esse empregado se afaste desse emprego e busque outro meio de sobrevivência.

"Consequentemente, quando a empresa enfrenta uma queda na demanda, os trabalhadores da produção, com salários mais baixos, são dispensados em maior número que os trabalhadores com salários mais altos" (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 68)".

5. CONCLUSÃO

O Semiárido Setentrional, como já foi citado é uma região conhecida pela sua numerosa população, e em alguns municípios do seu recorte geográficos a situação socioeconômica é mais vulnerável, sobretudo em tempos de crise, então há necessidade por parte desta população de uma atenção maior quando a implantação de políticas públicas que promova uma vida de qualidade a essas pessoas. Na revisão da literatura foram apresentadas políticas públicas direcionadas que impulsionaram o crescimento econômico, na educação, no social e na qualidade de vida das pessoas.

Esse trabalho buscou apresentar o cenário antes e durante a pandemia da Covid-19 do mercado de trabalho do Semiárido Setentrional. Para tanto, valeu-se de uma *proxy* para a identificação da região do Semiárido Setentrional a partir da PNAD-Contínua, uma vez que não havia alternativas de bases de dados a nível municipal para análise do mercado de trabalho como um todo para o período de interesse. Foram escolhidos três momentos para a análise, a saber: um momento pré-pandemia, o 3º trimestre de 2019, e de dois momentos a durante a pandemia, que foram os 3º trimestres de 2020 e 2021. Em linhas gerais, os resultados mostram piora nos principais indicadores do mercado de trabalho na região durante a pandemia, sendo mais atingidos os grupos populacionais que já enfrentam mais vulnerabilidade para a atividade econômica, como as mulheres e a população negra.

No 3º trimestre de 2019, momento imediatamente anterior à pandemia, o cenário no mercado de trabalho já se apresentava sérios desafios. O Brasil enfrentou uma crise socioeconômica em 2015 e enfrenta crises políticas desde 2016, ainda não superadas. Além disso, o país já vivenciava os efeitos da implementação da Reforma Trabalhista de 2017, que ocasionou um impacto negativo no mercado de trabalho do Brasil e na região do Semiárido Setentrional. No 3º trimestre de 2019, 49,0% da população em idade ativa do SS estava fora da força de trabalho, o que significa que havia mais pessoas dentro da força de trabalho do que fora. Um ano depois, com a pandemia, houve a expulsão de 1,1 milhão de trabalhadores da força de trabalho, com a taxa de participação atingindo o valor de 43,9%. Há uma leve recuperação no 3º trimestre de 2021, quando a taxa fica em 48,3%, mas ainda inferior ao observado antes da pandemia.

O cenário durante a pandemia piorou ainda mais os índices de desemprego na região. A taxa de desocupação parte de 12,4% em 2019, antes da pandemia e atinge 15,4% durante o 3º trimestre do ano seguinte. Esse indicador se recuperou em 2021 (14,6%), mas ainda em pior patamar do que o anterior à pandemia (12,4%). Embora toda a região tenha sido afetada com a

pandemia, há diferenças entre as Unidades da Federação que compõe o Semiárido Setentrional. Nas microrregiões pertencentes ao Rio Grande do Norte e Pernambuco foi onde se observaram os mais elevados patamares de desemprego no 3º trimestre de 2020, com taxas de desocupação de 18,5% e 18,3%, respectivamente. A menor taxa de desocupação no 3º trimestre de 2020 foi observada na região do Semiárido localizada no Ceará.

Quando avaliada a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, a microrregião do Semiárido Setentrional localizada no Piauí foi a que apresentou o pior cenário, chegando a 36,1% no 3º trimestre de 2020.

Os diferentes resultados no mercado de trabalho nas UF que compõem o SS apontam para possíveis diferenças na forma como políticas públicas em ação antes da pandemia podem ter atenuado seus impactos negativos. As Unidades da Federação com notórios efeitos negativos da pandemia sobre o mercado de trabalho, comparativamente as demais UF da região, foram as mesmas que tiveram um enfraquecimento nas políticas públicas, nos investimentos públicos e privados durante os três períodos analisados, como também o inverso ocorreu para aquelas Unidades da Federação em que obtiveram as menores taxas de desemprego antes e durante a pandemia. Partindo dos resultados apresentados para o Semiárido Setentrional, espera-se que ocorra aumento da desigualdade intrarregional e em relação ao restante do país.

Diante do contexto da pandemia e dos resultados preocupantes apresentados por esse estudo, para o mercado de trabalho do Semiárido Setentrional, é notória a importância de implantação de políticas públicas que amenizem os impactos da crise sobre a vida das pessoas e em seus rendimentos, tais como: qualificação dos trabalhadores, criação ou reformulação do seguro-desemprego, políticas de estabilidade monetária e fiscal e valorização dos salários, entre outras.

A pandemia da Covid-19 e forma como o enfrentamento da pandemia foi conduzido afetou a vida de milhões de brasileiros, como perdas de familiares, perda de renda e piora nas condições de vida. Os desafios são maiores onde já havia mais vulnerabilidade socioeconômica no momento pré-pandemia, como é o caso do Semiárido Setentrional.

Espera-se que um estudo de emprego e renda focado na realidade específica da região do Semiárido Setentrional, a partir da abordagem tanto das questões de estrutura do mercado local quanto nos atributos dos trabalhadores e dos domicílios, seja insumo para políticas públicas estratégicas direcionadas à recuperação e melhora das condições de vida da população.

Por fim, vale ressaltar que o estudo enfrentou limitações por parte dos dados, já que foi necessário adaptar-se ao fato de que não havia informações a nível municipal sobre mercado de trabalho disponíveis para 2019, 2020 e 2021. Por outro lado, a espera pela ocorrência do Censo

Demográfico, previsto para 2022, também seria um limitador dessa análise, uma vez que não captaria as mudanças no mercado de trabalho nos momentos antes e durante a pandemia. Apesar disso, reforça-se a importância de que em estudos futuros o mercado de trabalho da região seja avaliado a partir do censo, com explorando novas abordagens.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. V.; e RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 12, e00208720. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>>. Epub 11 Jan 2021. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>. Acesso em: 17 de nov. 2021.

ANDRADE, E. L. G. Envelhecimento e Previdência Social no Brasil. In: WONG, L. L. R. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade. Belo Horizonte: ABEP, 2001. p. 165-188. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/livros/article/view/167/165>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

AQUINO, J. R. de; NASCIMENTO, C. A. do. Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.]**, v. 17, n. 30, p. p. 184-194, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i30.7145. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7145>. Acesso em: 17 de nov. 2021.

ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Planejamento e políticas públicas**, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3993/2/PPP_n33_Transferencias.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

BARBALHO, H. Z. **Resolução 115, de 23 de novembro de 2017**. 2017. Resolução 115, de 23 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/739568/do1-2017-12-05-resolucao-n-115-de-23-de-novembro-de-2017-739564>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

BARBOSA, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados** [online]. 2017, v. 31, n. 89, pp. 51-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

CALDAS, R. M. e SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea** [online]. 2015, v. 19, n. 1, pp. 74-96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055271914>>. ISSN 1980-5527. <https://doi.org/10.1590/198055271914>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

CAMARANO, A. A. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, suppl 2, pp. 4169-4176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.30042020>>. Acessado em: 28 de julho 2021

CARVALHO, J. A. M. D.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, p. 725-733, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000300005&script=sci_abstract>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

CARVALHO, J. A. M. D.; WONG, L. L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro,

2008. 597-605. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000300013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 1052-1063. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200267> <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267x>>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

CATAIA, M. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020.

COLEÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL. Regimes Previdenciários e Situação Atuarial. - Brasília: MF; SPREV, 2018: **Secretaria de Previdência Social: Ministério da Fazenda**. ISBN - 978-85-88219-43-4. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdencia-social/>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

COSTA, S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

FREITAS, Gisele; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Programa Luz Para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 45, 2015.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Observatório das Desigualdades**. Berlin, 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 20 de julho de 2021.

GONZAGA, D. Mercado de trabalho do Brasil: desigualdades regionais e potenciais efeitos da Covid-19. Universidade Federal da Bahia. **Observatório Mercado de Trabalho e Covid-19 na região Nordeste**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343995415_Mercado_de_trabalho_do_Brasil_desigualdades_regionais_e_potenciais_efeitos_da_Covid-19>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geociências**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2019. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_3tri.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal de mapas**. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa100>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no País. 2021. **Agência de notícia do IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30785-norte-e-nordeste-puxam-desocupacao-recorde-no-primeiro-trimestre-no-pais>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil Pós Covid_19. 2020. **Equipe Técnica: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36143>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Inflação das famílias mais pobres supera 10% em 12 meses até agosto. 2021. **Assessoria de Imprensa e Comunicação**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38507&catid=131>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipea revisa a projeção da inflação de 5,9% para 7,1% em 2021. 2021. **Assessoria de Imprensa e Comunicação**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38402&Itemid=3#:~:text=O%20Instituto%20de%20Pesquisa%20Econ%C3%B4mica,%25%20para%207%2C1%25>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

KERR, L. et al. COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, suppl 2 [Acessado 28 julho 2021], pp. 4099-4120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28642020>>.

LANA, R. M. et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 3, e00019620. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>>. Epub 13 Mar 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

DE LEITURA, FRAGMENTOS. Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 35, 1999.

LIMA, E. J. F.; ALMEIDA, A. M. e KFOURI, R. Á. Vacinas para COVID-19 - o estado da arte. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2021, v. 21, n. Suppl 1, pp. 13-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100002>>. Epub 24 Fev 2021. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100002>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

MACHADO, C. J. et al. Estimativas de impacto da COVID-19 na mortalidade de idosos institucionalizados no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 9, pp. 3437-3444. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14552020>>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14552020>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

MACHADO, Taysa Tamara Viana; DIAS, Jobson Targino; DA SILVA, Tarciso Cabral. Evolução e avaliação das políticas públicas para a atenuação dos efeitos da seca no semiárido brasileiro. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 2, 2017.

MATOS, P. R. F.; MELO, F. S. P. e SIMONASSI, A. G. Análise de solvência do Regime Geral da Previdência Social no Brasil. **Estudos Econômicos** (São Paulo) [online]. 2013, v. 43, n. 2 [Acessado 28 julho 2021], pp. 301-333. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000200004>>.

MATTEI, L.; e HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy** [online]. 2020, v. 40, n. 4, pp. 647-668. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>. Acessado em: 27 de novembro de 2021.

NASCIMENTO, T. C. L.; OLIVEIRA, H. C. G. Demografia Das Migrações Internas no Semiárido Nordeste: Análise das Migrações Intrarregionais no Semiárido Setentrional. 2014. Migrações Nordestinas no Século 21 Um Panorama Recente. **Editora Blucher, 2015**.

NASCIMENTO, C. H. R. Confira os 5 melhores e 5 piores pontos da reforma trabalhista. 2017. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://chrn.jusbrasil.com.br/noticias/478153377/confira-os-5-melhores-e-5-piores-pontos-da-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migração no Semiárido setentrional: dinâmica recente, retorno e políticas sociais. **Mediações**, v. 22, n. 1, p. 325-349, 2017. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24217>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. **Cadernos Metrópole.**, v. 15, n. 29, p. 35-54, 2013. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/urbanizacao-migracao-e-sustentabilidade-no-semiarido-nordestino/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 37, n. 1, e00259120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00259120>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00259120>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

OMS- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

PAIVA, A. B. et al. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. 2016. Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7267>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

PAULA, L. F. e PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados** [online]. 2017, v. 31, n. 89, pp. 125-144. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>>. ISSN 1806-9592.
<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

PIRES, L. N.; CARVALHO, L.; e XAVIER, L. de L. COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil. **Experiment Findings**, v. 21, 2020. Disponível em: <<https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/COVID-19-e-desigualdade-a-distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-fatores-de-risco-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, p. 289-317, 2012.

SILVA, J. et al. Emprego em Crise Trajetória para Melhores Empregos na América Latina Pós-COVID-19. ESTUDOS DO BANCO MUNDIAL SOBRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35549/9781464816925.pdf?sequence=10&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

SOCIAL, P. **Secretaria de Previdência Social: Ministério da Fazenda**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2018/05/cnp-protacao-previdenciaria-chega-a-846-na-populacao-idosa/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

SOUZA, A. S. R. et al. General aspects of the COVID-19 pandemic. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2021, v. 21, n. Suppl, pp. 29-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100003>>. Epub 24 Feb 2021. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100003>. Acessado em: 27 de novembro de 2021.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, suppl 1, pp. 2469-2477. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>>. Epub 05 Jun 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Sociedade e Estado** [online]. 2016, v. 31, n. 03, pp. 769-797. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030010>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030010>. Acessado em: 27 de novembro de 2021.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 23-45, jan./mar., 2019.

UNA-SUS-UNIVERSIDADE ABERTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Vacinação contra a covid-19 já teve início em quase todo o país. 2021. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/vacinacao-contra-a-covid-19-ja-teve-inicio-em-quase-todo-o-pais>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Estudo realizado em parceria com pesquisadores da UFMG revela grave insegurança alimentar no Brasil durante a pandemia.

2021. **Assessoria de Imprensa UFMG.** Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/estudo-realizado-em-parceria-com-pesquisadores-da-ufmg-revela-grave-inseguranca-alimentar-no-brasil-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

VASCONCELOS, E. A. S. de, e TARGINO, I. (2015, janeiro/ junho). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013). **Revista da Abet**, 14(1), 141- 161. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25705/13881>>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.